



Senado Federal

Senador
Fernando Collor

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

Brasília – DF



Senado Federal

Senador **FERNANDO COLLOR**

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL.

Brasília – DF

Sumário

	Pág.
Reunião realizada no dia 26 de março de 2009	9
Reunião realizada no dia 23 de abril de 2009	13
Reunião realizada no dia 4 de junho de 2009.....	17
Reunião realizada no dia 17 de agosto de 2009	19
Reunião realizada no dia 20 de agosto de 2009	21
Reunião realizada no dia 24 de agosto de 2009	23
Reunião realizada no dia 29 de setembro de 2009	27
Reunião realizada no dia 22 de outubro de 2009.....	33
Reunião realizada no dia 19 de novembro de 2009	37
Reunião realizada no dia 30 de novembro de 2009	39
Reunião realizada no dia 7 de dezembro de 2009.....	47
Reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2010.....	51
Reunião realizada no dia 15 de março de 2010	55
Reunião realizada no dia 22 de março de 2010	59
Reunião realizada no dia 29 de março de 2010	63
Reunião realizada no dia 12 de abril de 2010	65
Reunião realizada no dia 3 de maio de 2010	67
Reunião realizada no dia 4 de agosto de 2010	69
Reunião realizada no dia 18 de novembro de 2010	75
Reunião realizada no dia 2 de dezembro de 2010.....	81

Reuniões da Comissão de Infraestrutura do Senado*

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2009

*Redução do IPI – Penalização dos Estados consumidores
– Redução do FPM – Inadimplência de mais de 80% dos
municípios CAUC*

Muito obrigado, Senador João Ribeiro. Sobre o que V. Ex^a acaba de afirmar, que eu endosso completamente, eu acho que houve uma certa pressa no sentido de fazer com que setores da economia fossem reativados com vistas à queda na taxa de crescimento e, sobretudo, na questão do desemprego, que estaria causando esta crise internacional, que essa redução do IPI, ela foi muito vantajosa para os estados produtores.

Ou seja, aqueles estados que produzem – Minas, Rio, São Paulo, Santa Catarina, Paraná –, esses estados foram extremamente beneficiados, porque a redução do IPI fez com que eles, que produzem, fabricam esses produtos que tiveram a redução da alíquota, pudessem vender mais. E o ICMS desses estados, e, conseqüentemente, dos seus municípios, é extremamente elevado. A participação do Fundo de Participação dos Municípios nesses estados produtores é muito maior... É muito menor a cota do FPM ou do FPE do que nos estados, nos estados produtores.

Nós, por exemplo, que somos de estados consumidores, essa redução do IPI penalizou terrivelmente, porque o IPI é o resultado de

* A íntegra de todas as reuniões encontra-se na página www.senado.gov.br/atividade/comissoes

uma cota parte do Imposto de Renda e do FPM e do FPE uma cota parte do Imposto de Renda e do IPI. Então, naturalmente, isso reflete diretamente na arrecadação dos municípios dos estados consumidores. E todos nós sabemos que o FPM ou o FPE dos estados e municípios consumidores constitui uma parcela muito importante – muitas vezes, em alguns municípios, chegam até a 80% da arrecadação geral.

Então, o que eu havia, em conversas, sugerido, alguns meses atrás, fosse que o Presidente da República determinasse que os efeitos dessa redução do IPI não se aplicasse aos estados consumidores, de modo a que não afetasse as suas finanças. O que está ocorrendo hoje – é rigorosamente verdadeiro o que V. Ex^a traz aqui a esta Comissão –, e alguma coisa deve ser feita e nós iremos tomar uma posição conjunta aqui nesta Comissão.

Um outro problema – com a permissão do Senador Gilberto –, um outro problema, em relação às prefeituras, é a questão do chamado CAUC. Não haverá nenhum programa habitacional com possibilidade de êxito sem que antes nós possamos resolver a situação de inadimplência de mais de 80% dos municípios brasileiros. Então, para se entrar nesse programa habitacional da Caixa Econômica, que é um programa muito bom, lançado recentemente pela Ministra Dilma, é necessário que nós resolvamos, antes, essa questão de como dar oportunidade aos municípios de quitar os seus débitos.

O prazo de 240 meses, e essa foi outra sugestão que eu fiz, é bom para uns municípios e ruim para outros. Porque o FPM, ele já é uma, e esse pagamento, dentro desse programa que foi apresentado, desse projeto que foi apresentado, seria descontado já na fonte, não é? Mas a sugestão que eu acredito fosse melhor é que, ao invés de se estabelecer um número de meses para o pagamento, se estabelecesse um percentual sobre a arrecadação, sobre o FPM. Ou seja, dois por cento sobre a arrecadação, três por cento.

Alguns municípios, os mais ricos, teriam condições de quitar com antecedência esses seus, essa sua dívida. Outros demorariam algum tempo maior. Mas o que é importante saber é que quando o município entra nesse programa, ele está assumindo o compromisso também de fazer o pagamento em dia dos impostos do mês. E no momento em que nós estamos precisando arrecadar sem impor uma carga tributária maior do que essa

extremamente pesada que todos nós estamos suportando, seria facilitar, facilitar para que as prefeituras pudessem pagar uma parcela menor do atrasado com a obrigação de pagar os impostos referentes ao mês em curso.

Essas sugestões serão todas elas, como disse e que aqui foram trazidas por V. Ex^a, e ao final desse nosso encontro, elas serão conformadas dentro de um documento que os senhores irão determinar como nós faremos e para quem nós deveremos enviar.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2009

*Encontro na Confederação Nacional da Agricultura –
Lançamento do Plano Minha Casa, Minha Vida*

Eu gostaria de comunicar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores sobre o encontro, promovido ontem, na Confederação Nacional da Agricultura, aqui em Brasília, presentes todos os Presidentes das Federações de Agricultura do Brasil, com os integrantes da Comissão de Infraestrutura.

Foi uma reunião promovida pela Presidente da CNA, a Senadora Kátia Abreu, em que nos foram apresentados os problemas de estrangulamento que o setor experimenta na área de infraestrutura. A Senadora, que é integrante dessa Comissão, nos afirmou que na próxima... Sem ser nesta, na próxima reunião, na outra quinta-feira, ela trará aqui um elenco de solicitações do setor, um resumo do que ontem nos foi apresentado, para que a Comissão trabalhe em conjunto com a Confederação, para resolvermos ou tratarmos de encaminhar a solução dessas dificuldades que a agropecuária enfrenta na sua logística.

A ideia da CNA, portanto, é obter o apoio dos senadores em projetos como a construção de hidrovias, a recuperação dos portos e investimentos na reconstrução e na reforma de rodovias federais, usadas como corredores de exportação.

O problema, segundo a Senadora Kátia Abreu nos afirmou ontem, é a falta de planejamento entre os projetos hidrelétricos e os de transportes. A situação do rio Tocantins, por exemplo, é emblemática. A construção da usina de Lajeado, próximo a Palmas, não previu eclusa para navegação. A obra, mais tarde, foi proposta e iniciada, mas, por hora, está parada. A eclusa de Tucuruí deve sair do papel, mas há, entre as duas, a usina de Estreito, na divisa entre os Estados de Tocantins e Maranhão. Neste caso, não há sequer projeto executivo de eclusa.

De modo que, a partir da próxima quinta-feira, eu acredito que a nossa pauta será muito enriquecida com as contribuições que serão trazidas para esta Comissão, pela Senadora Kátia Abreu, que também tem assento neste Plenário.

Comunicação. Ontem, recebemos comunicação da Sr^a Ministra Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff, dando conta a esta Comissão do plano habitacional, ontem lançado, da construção de um milhão de casas. Ela fez questão de fazer chegar a cada um dos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, aqui presentes, desta Comissão, alguns dados muito importantes, um sumário e dados muito importantes, do que ontem foi tratado.

O plano habitacional, ele amplia o acesso à casa própria e estimula a construção civil. Diz ela, na comunicação que faz a esta Comissão: *“O Plano Minha Casa, Minha Vida tem como meta o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários-mínimos, amplia o subsídio, dá maior acesso e financiamento pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, reduz o risco de financiamento, barateia o seguro e torna opcional a entrada para financiamento dos mutuários. As construtoras têm nova linha de financiamento e desoneração tributária. A regularização fundiária é facilitada. O programa estará disponível para acesso na Caixa a partir do dia 13 de abril deste ano de 2009.*

A construção de moradia popular para renda familiar, até três salários-mínimos; subsídios para a construção e financiamento para essa faixa de renda familiar, até três salários-mínimos, de 400 mil moradias populares, no valor de 16 bilhões de reais.

Essa construção para famílias com renda familiar de até três salários-mínimos funcionará da seguinte maneira: a União solicita a apresentação de projetos a construtoras; os projetos são analisados e contratados pela Caixa, e famílias, a serem atendidas, são indicadas por estados e municípios, pagam prestação de 10% da renda, somente após a entrega do imóvel, por 10 anos, com prestação mínima de 50 reais por mês. O registro do imóvel é feito em nome da mulher”.

Essa é uma medida muito interessante porque... Até por experiência própria, nas casas que tive oportunidade de construir como prefeito, governador e presidente, tive problemas quando a casa ficava em nome do marido, por exemplo. Porque a primeira coisa que ele fazia, embora proibido no contrato, era transferir a propriedade do imóvel, que não

era uma coisa legal, não se poderia passar em cartório essa propriedade, mas fazia um documento particular.

E já se for em nome da mulher, ela, pela experiência que tenho e também vários outros que já ocuparam cargos no Executivo, ela tem mais o sentido de manter a propriedade e de guardar a propriedade para dar abrigo à sua família.

Afirma ainda a Ministra Dilma, sobre o programa ontem lançado, que: *“Também tem melhores condições de financiamento para aquelas famílias com renda de três a seis salários-mínimos. Nesse ponto, haverá ampliação do subsídio, em financiamentos oriundos de recursos do Fundo de Garantia, para aquisição ou construção de 600 mil imóveis, num aporte total de 10 bilhões de reais, sendo 2 bilhões e meio da União e 7 bilhões e meio do Fundo de Garantia.*

Os subsídios por família tipificados... Os subsídios por família serão triplicados e progressivos. Para renda de até três salários-mínimos, variam de 13 mil a 23 mil, dependendo também da localização da cidade, e, para a renda de quatro salários-mínimos, de 6 mil a 16 mil”.

Bom, aí vem esses detalhes que acho que, depois, os senhores receberão em mãos esse comunicado da Ministra Dilma Rousseff.

“A taxa de juros será reduzida de 5% ao ano mais TR para famílias de renda de três a cinco salários-mínimos, e 8% ao ano mais TR, para famílias com renda de cinco a seis salários-mínimos. O fundo garantidor deste projeto, deste programa de construção será de 1 bilhão de reais, o que vai permitir o refinanciamento de parte das prestações, em caso de perda temporária da renda, e garante 36 prestações para as famílias de três a cinco salários-mínimos, e 24, para de cinco a oito salários-mínimos, e de 12, para oito a dez salários-mínimos.

O barateamento do preço do seguro. O seguro era um dos principais problemas que qualquer iniciativa na construção de casas populares, no Brasil, os governos enfrentavam, porque o seguro era muito alto. Chegava a ser, em alguns casos, de até 60% do valor do imóvel. Esse era um óbice sério para o barateamento do custo da casa popular e isso foi alcançado.

A União garante a quitação do financiamento em caso de morte e invalidez permanente e danos físicos ao imóvel. Para aqueles que têm renda de até cinco salários-mínimos, não terá cobrança de taxa. Os demais contribuem com taxa de

1,5 a 6,6% da prestação, dependendo da idade. Ou seja, houve uma redução drástica na cobrança do prêmio de seguro para as unidades habitacionais.

Financiamento para as construtoras: haverá duas linhas de financiamento: um para a infraestrutura, uma linha especial, com taxa de juros mais TJLP e 1% ao ano, com carência até o final da obra. O valor total: 5 bilhões de reais.

Cadeia produtiva vai ser atendida pela linha BNDES Construção Civil, no valor de um bilhão de reais. Desoneração para construtoras: redução de 7 para 1% da taxa de regime especial tributário. Barateamento de custos de cartório para mutuários: registro gratuito para renda até três salários-mínimos e redução de até 90% para demais faixas. Para o empreendedor, redução de 75% a 90% do custo, dependendo do valor do imóvel.

E, finalmente, simplificação da regularização fundiária: a medida provisória simplifica o procedimento de identificação de proprietários das áreas ocupadas e acelera o processo”.

Ela diz também que mais informações que a Comissão deseje obter, ela prontamente oferecerá e também deixa aqui registrado o endereço para consultas, no *e-mail* ou no *site* www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao, ou simplesmente www.caixa.gov.br.

Eu farei chegar às mãos de cada um dos senadores e senadoras, aqui presentes, esse espelho da comunicação que a Ministra Dilma nos fez chegar, ainda ontem, depois do lançamento do programa de habitação, porque ela julga fundamental que esta Comissão tenha conhecimento profundo e abrangente de temas relacionados à pasta... Não somente à pasta que ela chefia, mas também aos programas que estão a ela subordinados.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2009

Processo de globalização – Estudos da CNT sobre infraestrutura de transporte no Brasil.

De início, convém historiar que o processo de globalização que se intensificou nas últimas décadas alavancou o nível de aspirações dos indivíduos de forma avassaladora, causa primária da crise a exacerbação do consumo, antecipando-se a capacidade real de realização, o que causou um efeito dominó nos vários mecanismos e instituições financeiras. Com isso expôs a falta de liquidez da onda consumista, fato que gerou essa crescente inadimplência.

Diante disso, constatam-se algumas consequências imediatas, das quais cabe destacar:

- 1) a redução do tamanho dos mercados, ajustando-se repentinamente no sentido da capacidade real de demanda;
- 2) a paralisação dos financiamentos, não por escassez de recursos, mas sim pelo temor da falta de liquidez dos tomadores e pelo crescente risco de inadimplências;
- 3) a diminuição de demanda e seus reflexos nas cadeias de produção, o que gera desemprego cumulativo, agrava o processo de queda do consumo e redução da liquidez, além de derrubar os preços em geral;
- 4) a imediata retração das intenções de consumo, prevalecendo apenas o atendimento das necessidades mais básicas, como é o caso da alimentação.

A OCDE, inclusive, divulgou em março último que espera uma contração econômica mundial da ordem de 2,75% em 2009.

Paralelamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os países, por meios diversos, procuram ampliar práticas protecionistas, o que não é o nosso caso. O Brasil de hoje detém uma posição relativamente privilegiada,

pois nas duas últimas décadas, modernizou-se, quebrou uma infinidade de reservas de mercado e implantou um plano de estabilização econômica bem sucedido. Tudo isso aliado as suas condições naturais, permitiu um salto de produtividade e de competitividade.

Em 2007, participamos com pouco menos de 1,5% das exportações mundiais em geral, porém, especificamente no agronegócio, ultrapassamos os 6% naquele ano de 2008 e hoje ocupamos a segunda posição dentre os maiores supridores do mercado internacional.

No nosso caso precisamos atacar três questões fundamentais: segurança jurídico institucional reforma tributária e das contribuições e liberação da iniciativa privada para investir em todos os setores, inclusive, para aproveitar a disponibilidade de capitais no mundo em busca de negócios saudáveis na economia real.

Ao focarmos especificamente a logística e a infraestrutura de transportes, como foi feito na última audiência pública aqui realizada, nós constatamos deficiências dramáticas, pois nossos custos em relação ao produto, significam quase o dobro do que se verifica nos Estados Unidos.

Por outro lado, em termos de investimento no setor, basta dizer que em 1975 o Ministério dos Transportes investiu no segmento cerca de 1,9% do nosso PIB. E em 2008, esse percentual foi apenas de 0,22%; em 75 investiu-se 1,9% do PIB, em 2008, 0,22% do Produto.

Para exemplificar esse quadro, ou seja, da redução dos custos de transporte, das exportações, a CNT apresentou um comparativo da capacidade de carga dos três principais modais de transportes. Na hidrovia um comboio de 4 chatas e um empurrador, totalizando 150 metros de comprimento, comporta 6 mil toneladas; para esta mesma quantidade ser transportada por ferrovia, são necessários 2,9 comboios, aqueles comboios chamados *hopper*, com 86 vagões de 70 toneladas que ocupam 1 quilômetro e 700 metros de comprimento. Já na rodovia seriam necessárias 172 carretas de 35 toneladas, que ocupariam 3 quilômetros e meio de comprimento ou 26 quilômetros em movimento.

Outro relevante dado que a entidade apresentou, refere-se ao custo da implantação desses modais com base em um quilômetro de infra-

estrutura. Enquanto a hidrovía demanda um custo de 34 mil dólares a rodovia requer 440 mil dólares e a ferrovia 1 milhão e 400 mil dólares. Como prioridade e urgência no campo dos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, vitais para a competitividade, as principais metas são as obras de manutenção da malha rodoviária, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e o plano nacional de dragagem nos portos, que constam do PAC, mas estão vulnerabilizados pela queda da arrecadação federal.

Quanto aos investimentos privados, basta o governo disponibilizar as licitações ou autorizações que os investidores se habilitarão com a maior agilidade. As recentes licitações de concessões rodoviárias comprovam bem essa realidade, já que mostraram acirradas disputas, o que pode se estender também aos projetos de energia do setor elétrico.

Ainda no segmento de transportes, o maior entrave está na questão portuária. De início faltaram iniciativas oficiais; mais recentemente deu-se o conflito pela edição do Decreto nº 6.620, de 2008, que gerou preocupações com a estabilidade jurídica e afastou a possibilidade concreta dos investimentos privados. Tanto que a iniciativa privada registrou a sua pretensão de investir valores na ordem de 10,8 bilhões de dólares para necessidades de investimentos calculadas em aproximadamente 35 bilhões de dólares num prazo de 10 anos. Vale ressaltar, como exemplo, que a construção de um simples terminal é tarefa para 5 anos, em média.

Os investimentos públicos tem sofrido também sérios atrasos. Um dos exemplos é o projeto público do TEGRAM, que é o Terminal de Grãos, do Maranhão, em Itaqui, São Luís, investimento estruturante fundamental para o corredor de exportação do agronegócio do Centro-Norte. A primeira fase requeria 100 milhões de reais; o atraso de 4 anos no cronograma tem gerado prejuízos bilionários para a produção da soja, além de consumir subsídios oficiais de fretes, estimados em 500 milhões de reais ao ano.

Além disso, nas políticas públicas, verifica-se o histórico desprezo ao uso de nossos rios para transporte. O exemplo clássico está no rio Tocantins, onde ao tempo em que se resolve a transposição da barragem de Tucuruí, imediatamente se criam dois novos obstáculos a montante,

como foi visto aqui na nossa última reunião, que são as barragens de Estreito e Lajeado ainda sem eclusas.

Por sinal, hoje, estaremos fazendo a segunda votação do PLS nº 209/2007 de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências, relatado pelo Senador Delcídio Amaral e que foi aprovado por unanimidade na nossa última reunião. E eu pediria às Sr^{as} e Srs. Senadores que permanecessem aqui presentes para que nós tivéssemos número, já que será a votação nominal, número para encerrarmos a tramitação, já que é terminativa nesta Comissão, de tão importante projeto.

Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, comprova apenas que para enfrentar a crise a palavra de ordem é competitividade sistêmica, de preferência no menor tempo possível.

Portanto, para este desafio, precisamos, nesta Comissão, e nesta Casa, no Senado Federal, atuar fortemente para acelerar as decisões que não só modernizem as relações público-privadas e extirpem privilégios e reservas de mercado, mas também que sejam capazes de reduzir os encargos para quem constrói o desenvolvimento, de garantir o cumprimento e a estabilidade das regras institucionais e, por fim, de permitir que os agentes privados acelerem seus projetos de investimentos.

De forma resumida, importa finalmente enumerar as seguintes necessidades, apresentadas na referida audiência:

- 1) a concepção de um sistema logístico expandido, planejado e integrado em todas as modalidades;
- 2) a solução dos atuais gargalos, de modo a permitir a racionalização do ambiente operacional do transporte;
- 3) práticas mais econômicas e integradas nas atividades de transporte, que dependem de boas condições de infraestrutura;
- 4) a redução do custo Brasil, que está atrelada à continuidade e à ampliação dos investimentos nos sistemas de transporte.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2009

7º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Ontem compareci ao 7º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento apresentado pela Sr^a Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, em que ela trouxe, apresentou o relatório de atividades do PAC nesses primeiros dois anos e meio de ação. Cada um desses exemplares deste relatório estão aqui à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores e eu peço à Secretaria, que faça distribuir aos Srs. Membros desta Comissão. O balanço referiu-se a janeiro e abril de 2009.

Alguns dados da apresentação, eu gostaria de passar às Sr^{as} e Srs. Senadores. Com a crise internacional de investimentos privados é claro que os recursos se retraíram, para manter o País na rota do desenvolvimento a resposta do Governo foi aumentar os investimentos com medidas que todos nós tomamos conhecimento. Dentre eles, a não paralisação de nenhuma obra do PAC e, ao contrário, o reforço de caixa para que essas obras sejam aceleradas.

A estimativa do PAC passou de 504 bilhões, para 646 bilhões. Em março foi lançado o Minha Casa, Minha Vida, programa que tem a meta de construir um milhão de moradias com a aplicação de 60 bilhões de reais, sendo 28 bilhões em subsídios.

Os investimentos da Petrobras saltaram de 1,3 para 1,7% do PIB. União e estatal, juntas deverão responder neste ano de 2009, por 0,7% no crescimento do produto interno. O Governo força a redução dos juros bancários, recupera a liquidez no mercado de crédito, além de garantir recursos para que alguns ramos empresariais atravessassem a turbulência desta crise mundial e o setor privado pudesse continuar investindo.

Os resultados começam a aparecer. A criação de 652 mil novos postos de trabalho nos últimos 12 meses é um exemplo. No mesmo período, o ren-

dimento médio do trabalhador assalariado subiu 4,2% e os empregos com carteira assinada atingiram 49,7% do total de empregados.

O volume de crédito bancário ultrapassou os 40% do PIB, no mês de abril passado. Nos primeiros meses do ano, os investimentos do Orçamento da União no PAC chegaram a 7,7 bilhões de reais. O valor comprometido é 76% maior que o de 2008, no mesmo intervalo de tempo.

O pagamento efetuado de 3,7 bilhões de reais é 20% superior ao igual período do ano de 2008. Em 12 meses, tanto o valor empenhado, 40,7 bilhões de reais, quanto o pago, 22,5 bilhões de reais, dobraram.

Em abril, o Comitê Gestor do PAC monitorava 2.446 ações, sem contar as de habitação e saneamento, que estão fora desse conjunto. O número de empreendimentos concluídos saltou de 270 em dezembro de 2008, para 335 no mês passado. Isso corresponde a 15% do total e a investimentos de 62,9 bilhões de reais.

As ações com o ritmo de execução adequado, obras que estão com o seu andamento normal dentro do cronograma de execução físico financeiro, eram 79% em valor ou 77% em quantidade, 63% destas ações estão no estágio de obra e 23% em licitação, licenciamento, ou projeto.

Apesar da retração inicial, as perspectivas são de recuperação da economia ao longo de 2009 e, nesse contexto, o PAC está fazendo a sua parte, no esforço para garantir que o País esteja preparado para crescer ainda mais, quando a crise foi superada.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2009

Apresentação do Ministro Eduardo Teixeira – PAC

E pelo que nós assistimos aqui tanto do Dr. Ralph, quanto do Ministro Eduardo Teixeira, foi ou foram visões extremamente realistas da situação por que hoje passa o Brasil no que tange a projeção do seu desenvolvimento econômico.

Realmente é uma situação única, com a qual hoje nós nos defrontamos e, por isso, já temos todos esses motivos e temos que ter o otimismo reforçado para que possamos alcançar as metas que a situação atual em que o País se encontra, apesar da crise, nos oferece.

Para que se tenha uma ideia, nos anos 80, os recursos públicos investidos em infraestrutura representavam 5,2% do PIB. Hoje, talvez não chegue a 1% do nosso produto interno.

O Ministro Eduardo Teixeira falou que nós teríamos como alcançar 2,5, 2,9, conforme foi mostrado ali no gráfico pelo Dr. Ralph, e isso é perfeitamente factível, desde que nós estimulemos essas parcerias que como aqui também foi dito.

O Ministro Eduardo Teixeira falou que não se trata de discutir se o público é melhor que o privado ou o privado é melhor que o público. O importante é saber o que é que funciona melhor, se o que funciona melhor é o público, vamos incentivar o público, se que o funciona melhor é o privado, vamos incentivar o privado. Se o que funciona melhor são as PPPs, vamos estimular as PPPs.

E isso eles próprios, essas próprias entidades, elas vão se conjugando, e elas vão encontrando maneiras de funcionar naturalmente, sempre sob o olhar atento e regulador do Governo.

Hoje, com relação às obras elencadas no âmbito do PAC. Dessas obras do PAC, para que os senhores tenham uma ideia, apenas 0,6% são obras cujos recursos que as financiam são oriundos do Orçamento Geral da União. Os restantes 99.4%, vêm de recursos das grandes estatais brasileiras, sobretudo a Petrobras e a Eletrobras. E isso determina a extrema concentração hoje, dos investimentos privados no Brasil, 82%, ou mais, 86%, se não me engano dos investimentos privados realizados no País, estão concentrados nas áreas de gás, óleo e telecomunicações.

Isso sem falar no pré-sal. Imaginem o que isso significa em termos de volume de recursos.

De modo que eu, como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, fico muito feliz por ter de duas personalidades de tamanha envergadura, de tamanho conhecimento e que estão hoje na iniciativa privada, que eles tragam, ou que eles venham trazendo essa visão que se tem do outro lado no balcão.

Esse é o objetivo maior desse ciclo de palestras, que nós estamos realizando no âmbito da nossa Comissão de Infraestrutura, que é exatamente de termos a outra visão, a visão da iniciativa privada sobre aquilo que vem sendo realizado no mundo oficial.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2009

Projeto Luz para Todos

A preocupação que o Senador Expedito Júnior apresenta é extremamente procedente. Realmente, em alguns estados, nós temos sempre encontrado algumas dificuldades, não somente em relação a obras, como a Luz para Todos, mas, também, na área de saneamento básico, por exemplo, onde, pela falta de investimentos nos últimos 20 anos, nesta área, houve uma desarticulação do setor que produz os equipamentos necessários à elaboração do saneamento básico. E, para se ter uma ideia, em 1980, o investimento em infraestrutura representava 5,2% do PIB. Nós, agora, já estamos chegando a 6% do PIB, num esforço muito grande que o governo vem realizando, não somente no âmbito das obras do PAC, mas, também, no âmbito das obras que vêm sendo realizadas fora do elenco.

Esse tema Luz para Todos está incluído, por exemplo, no próximo painel que estaremos realizando, que anunciei agora a pouco, no dia 24 de agosto: *Energia, Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos*. E estarão presentes aqui o ex-Presidente da Aneel, por exemplo, o Dr. Tolmasquim, que é especialista em planejamento de matriz energética, o Prof. Adilson de Oliveira e o Prof. Hubner que, inclusive, já foi Ministro Interino das Minas e Energia, Diretor Geral da Aneel. Eu acredito que esse debate seja muito interessante para que nós possamos tratar desse assunto, para que eles possam nos informar do porquê, no entender deles, existem problemas nesse programa de vital importância, como o Senador Expedito Júnior acaba de informar, para o homem do campo, para que ele tenha uma melhor qualidade de vida. E que possa ter acesso a um bem que, hoje, é universalmente reconhecido como fundamental para a qualidade de vida das populações, que é o acesso à energia elétrica.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2009

Considerações sobre a exploração da camada do pré-sal

Antes de iniciarmos as exposições dos ínclitos palestrantes eu gostaria de fazer algumas colocações sobre algo que nos preocupa a todos os brasileiros em relação ao chamado pré-sal. No próximo dia 31 de agosto, S. Ex^a o Presidente da República irá fazer o lançamento oficial do programa, em que ele estará apresentando a toda a população brasileira as bases, as diretrizes que irão nortear a exploração da camada de pré-sal.

Essa é uma medida extremamente importante porque corporificada vai ser num projeto de lei, será encaminhada ao Congresso Nacional, o que permitirá um amplo debate da sociedade brasileira sobre os termos em que estiver escrito este mesmo projeto, porque todos nós sabemos da extrema importância que terá os recursos advindos da exploração do petróleo na camada do pré-sal.

Algumas perguntas talvez fossem pertinentes colocar hoje aos quatro palestrantes que aqui estão, fora o tema que hoje será debatido e a opinião que cada um deles tenha sobre o tema, mas algumas perguntas vão dizer de prospecção em relação a um futuro muito próximo que se avizinha em relação à questão do pré-sal. E eu colocaria algumas perguntas, a primeira delas: qual o modelo que os senhores palestrantes julgam mais adequado para a exploração do óleo e gás na camada do pré-sal? Seria o modelo de partilha ou o modelo de concessão como hoje a Petrobras utiliza? A segunda questão que eu colocaria aos palestrantes, se eles são favoráveis ou não a uma empresa pública para gerir a receita advinda da exploração da camada do pré-sal separando esta receita de outras receitas advindas de outras fontes do Estado brasileiro. E terceiro lugar: a criação desta que seria uma nova empresa estatal para gerir esses

recursos não poderia estar ferindo a Lei do Petróleo, a Lei nº 9.478/97? E isso não poderia ser considerado um monopólio? Outra pergunta seria quanto aos *royalties*, que não temos nenhuma dúvida que vai nos trazer um debate, sobretudo, político de grande monta, porque hoje nós sabemos que os *royalties* são distribuídos de acordo com uma fórmula baseado na produção tanto da nossa plataforma como em terra dos estados e municípios próximos onde estão sendo perfurados esses poços. E na questão do pré-sal será que a fórmula dos *royalties*, da distribuição dos *royalties* como atualmente é feita seria também adequada e adaptada aos recursos advindos da exploração do pré-sal? E por último, uma quinta pergunta: como nós poderíamos evitar a chamada doença holandesa? A doença holandesa, como os senhores e senhoras sabem, aconteceu em função de uma má elaboração por parte dos Países Baixos quando da descoberta de um amplo campo de gás e não souberam se valer desta grande riqueza, desta grande descoberta e dos recursos daí advindos, das receitas daí advindas para promover e alavancar o seu desenvolvimento. E isso causou uma série de problemas que afetaram duramente a economia holandesa nos anos 70. E aí, como poderíamos evitar a doença holandesa? Seria fazendo com que o rendimento desse fundo que seria constituído pelas receitas do Pré-sal fosse aplicado em infraestrutura, em educação, em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento, ou como veículo de estabilização cambial ou até mesmo uma distribuição da renda pela população como alguns aqui já manifestaram essa ideia em outros encontros que aqui tivemos? Ou talvez como ajuda ao Sistema Previdenciário e acoplada a uma reforma tributária, e com isso desonerando a produção e liberando a economia para empregar mais e obter o maior grau de produtividade e, conseqüentemente, de maior produtividade, as outras questões também que gostaríamos muito que nos esclarecessem os nossos palestrantes seriam em relação ao petróleo e ao gás que nós temos, apenas para compararmos com a nossa realidade, com que alguns países da África têm. Se não me engano, são doze, onze ou doze países africanos que detêm petróleo e gás, a Nigéria é o mais conhecido de todos até pela excepcional qualidade do óleo nigeriano, que chega quase a ser como uma gasolina, é um óleo de grande qualidade, e o Brasil vem importando da Nigéria 6 bilhões de dólares por ano em petróleo. A outra questão. Nós, com toda essa crise pela qual o

mundo passou e, inclusive, o Brasil, o nosso consumo de energia cresceu 5,8%, então com a retomada gradual ainda lenta da nossa economia, e ainda com essa ociosidade da nossa capacidade instalada, quando isso for retomado a pleno, será que o que nós hoje dispomos de oferta de energia será suficiente para atender a esta demanda a tempo de concluir Santo Antônio, Jirau e outras hidrelétricas que por aí virão?

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2009

*Reflexões sobre telecomunicações no Brasil nos últimos
20 anos – Avanços e problemas*

O Dr. Luis Schymura se referiu há dez anos atrás, no campo da informática e da acessibilidade digital, como a pré-história, e lembro-me que 20 anos atrás nós não tínhamos nem celular, nem tínhamos computador, que pudéssemos assim chamá-lo, se comparado o computador a que o Brasil tinha acesso, a que o brasileiro tinha acesso, com o computador vendido aos americanos. Quer dizer, eram computadores extremamente ultrapassados. Houve, então, a abertura que proporcionou que, hoje, nós possamos desfrutar desse novo mundo cibernético, com acesso à telefonia, acessibilidade na internet, e assim por diante.

Lembro-me também que, 20 anos atrás, uma linha telefônica fixa tinha que ser declarada no Imposto de Renda, era considerado um bem. E havia pessoas que especulavam com linhas telefônicas fixas, porque o prazo para obtê-la era de um ano ou mais. Então, várias pessoas especulavam com linhas fixas, e tinham isso registrado e declarado no seu Imposto de Renda. De lá pra cá, nesses últimos 20 anos, houve uma extraordinária evolução. E hoje estamos discutindo a questão da acessibilidade. A acessibilidade tanto digital, no sentido de prepararmos as futuras gerações para o domínio pleno desta nova era digital que aí está... Nós todos já sabemos que aqueles que não souberem manusear um computador serão considerados, no futuro, um analfabeto funcional, que hoje nós consideramos aqueles que somente sabem escrever o seu nome e ler uma dúzia de palavras. Então, na questão da acessibilidade, a que se referiu o Dr. Luis Schymura, é que reside hoje o grande desafio para o nosso País.

Quando falamos em educação nos dias de hoje, nós não podemos dissociar o processo de instrução e de educação, sem termos esse instrumento revolucionário, que é o computador, que é a internet, que é aulas via televisão, para alcançar os locais mais distantes e mais esconso do País, mas, para isso, precisamos de pessoal preparado, para que possa transmitir esses seus ensinamentos, pessoas preparadas nos hospitais, para poder fazer aquelas conferências com hospitais de outro mundo e avaliar o diagnóstico dado aqui, o diagnóstico oferecido por um hospital em Houston, por exemplo, e de várias outras formas, mas essa acessibilidade, ela vem sendo conferida pelos próprios jovens brasileiros.

É impressionante, caminhando pelo Brasil e no interior do Brasil, o número das chamadas *lan houses*, que são aquelas casas, aquelas lojas ou... Enfim, uma sala em que se colocam os computadores e que as crianças, os jovens têm acesso, sobretudo, lamentavelmente, infelizmente, a essa questão desses jogos malucos e esdrúxulos que hoje são comprados, sempre com muita violência, com muita... Mas também isso faz com que eles consigam manusear. Então, se conseguem manusear para ter acesso a um *download* de um jogo X, eles podem também fazer um *download*, quando bem orientados, de uma amazon.com, de conseguir uma pesquisa, um livro, ou de uma dúvida que tenha em relação a um tema que esteja sendo debatido no colégio ou na escola... Enfim, a própria criança, hoje, já com quatro, cinco anos de idade, ela já tem à sua disposição, nas escolas melhores do País, condições de tomar conhecimento do que seja um computador. E o Governo Federal, pela palavra do Presidente da República, tem um grande interesse em disseminar o máximo que possível essa rede de computadores – e disse ele que até o final do ano gostaria de ter um programa de banda larga já estabelecida para implementar no Brasil – o que eu acho absolutamente... Todos nós achamos fundamental, indispensável, porque falar hoje em educação, sem ter esse instrumental tecnológico para auxiliar no processo – da alfabetização, nem digo mais – de inclusão, realmente, digital, neste novo mundo, é impossível.

Nós verificamos aí, pelo que o Dr. Schymura nos mostrou, essa explosão do descobrimento do celular. O celular, quando começamos com o celular, em 1990, 91, eram aparelhos enormes, caríssimos, cujo acesso

era dado apenas àquelas faixas, àquelas pessoas com faixa de renda bem superior. Hoje, nós temos condições de comprar um celular pré-pago pagando 40, 50 reais, e celulares que estão sendo dados de graça pelas operadoras. Enfim, porque sabem que há um mercado consumidor em potencial. Hoje, o Brasil tem 191 milhões de habitantes e dispõe de 165 milhões de aparelhos celulares. Isso não quer dizer que 165 milhões de brasileiros tenham um aparelho celular cada um, porque, claro, várias pessoas têm mais que um celular, mas já é um número bastante expressivo, se nós compararmos com alguns anos atrás. Dentro dessa questão da acessibilidade, da inclusão digital, nós temos – acho eu – a Comissão de Serviços de Infraestrutura, temos que nos debruçar profundamente nesse tema, temos que procurar colaborar da melhor maneira possível, para que esta distribuição espacial seja feita, e há depois, aqui, também, um questionamento que eu gostaria de fazer, mas depois de ouvir os outros palestrantes sobre algumas áreas escuras, algumas áreas de sombra, que não dão possibilidades de acesso ao celular.

Tem um caso, um fato interessante, que eu gostaria de relatar aqui aos senhores palestrantes, às Sr^{as} e Srs. Senadores, uma oportunidade alguns anos passados. Eu, no interior de Alagoas, visitando um município bem pequeno, havia lá um padre, e esse padre era muito ligado ao arcebispo de Maceió. E o arcebispo de Maceió havia dito: “Você vai a tal município? Lá tem o padre fulano. E eu emprestei – ele dizendo, o arcebispo – meu celular, porque, nesse município, o celular não pega... O celular não tem... Aliás, não tem telefonia fixa, e o celular lá é muito difícil de pegar. Ele, somente num local específico, é que o celular dá linha”. E eu lá fui, passando por esse município, falei com o padre e perguntei ao padre: “Me diga apenas uma coisa: qual é o local para que eu possa informar as autoridades... Eles virão aqui para fazer o teste de sinal. Mas qual é o local que o senhor, normalmente utilizando o celular, o senhor tem linha?”. Ele disse: “É ali em cima”. E havia um pequeno morro. Eu falei: “Ali em cima? Muito bem, então já vou dizer a pessoa que vier aqui, para ela fazer o teste em cima daquele morro”. “Mas o que é que tem ali?”. Ele disse: “Não, ali é um cemitério”. “Um cemitério? Mas o senhor vai ao cemitério para pegar o sinal do celular?”. Ele disse: “É. Toda semana eu reúno aqui os fiéis da paróquia que precisam falar

com Maceió, ou outros lugares, e todos nós vamos até o cemitério. E o interessante – dizia ele – é que não é em qualquer lugar do cemitério que nós podemos ter o sinal de acesso ao celular. Existe uma determinada tumba, que é exatamente aquela onde o sinal pode ser acessado”.

Agradeço ao Dr. Jarbas José Valente, pela sua presença, e também justificar que o Dr. Ronaldo Sardenberg, Diretor-Presidente da Anatel, estaria aqui ontem, data aprazada para a nossa reunião, mas, infelizmente, hoje ele não conseguiu desmarcar o compromisso anteriormente agendado, conforme deu aqui a explicação o Dr. Jarbas José Valente. Peço a V. S^a Que leve ao Sr. Embaixador Ronaldo Sardenberg os nossos cumprimentos e os nossos agradecimentos.

Antes de passar a palavra aos próximos palestrantes, eu gostaria de colocar alguns temas que, se possível, acredito que em nome das Senhoras e Srs. Senadores, nós gostaríamos de ver incluídos... Incluídas nas suas explanações. Por exemplo, há uma reclamação generalizada dos usuários de telefonia, com falhas na operação. Na telefonia móvel, por exemplo, há muito o tal de erro de conexão, falta de sinal, quedas nas chamadas, que se tornaram muito comuns. E estariam sendo creditadas a uma demanda surpreendente pelos serviços de terceira geração no País. Na telefonia fixa, por exemplo, quatro grandes panes paralisaram o serviço de banda larga da Telefônica, no Estado de São Paulo, deixando dois milhões de usuários sem acesso à internet por 72 horas, sem que tenha havido, até o presente momento, um diagnóstico definitivo sobre as causas do ocorrido. Diante desse quadro, o setor de telefonia e de telecomunicações está realmente preparado para fornecer serviços de qualidade ao consumidor brasileiro? E como se poderia falar em inovação tecnológica dentro deste cenário?

O segundo ponto diz respeito ao relatório da União Internacional de Telecomunicações, que compara os preços dos serviços de telecomunicações em mais de cem países e considerou os preços desses serviços, no Brasil, entre os mais elevados do mundo, em termos de proporção, que consomem em relação à sua renda familiar. Então, qual o caminho e que atores poderiam estar envolvidos no equacionamento dessa situação, e em que nada contribui para o aumento da acessibilidade aos serviços de telecomunicações, acessibilidade que nós todos julgamos

fundamental para o futuro deste País. Por outro lado, o Governo Federal editou recentemente um decreto fixando normas para o serviço de atendimento ao consumidor por telefone, e o que nós verificamos é que no total das demandas ao serviço de atendimento ao consumidor, elaborado pelo Ministério da Justiça, as telecomunicações, que hoje representam 6% do PIB brasileiro, o setor de telecomunicações tem um peso na nossa economia extraordinário, 6% do produto interno brasileiro, hoje, recai sobre a atividade de telecomunicações, o setor de telecomunicações.

Então, este mesmo setor, ao lado de responder por 6% do PIB, ele respondeu, no período de primeiro de dezembro de 2008 a 31 de maio de 2009, por 61,8% das reclamações. O serviço de atendimento ao consumidor, de todas as reclamações que recebeu, esse serviço recebeu, 61,8% dizia respeito diretamente a problemas na operação dos seus telefones, sejam celulares ou fixos. Para que se tenha uma ideia, bancos, que a gente sempre ouve muitas reclamações de populares, e mesmo de certos setores e sindicatos, respondeu com 7,71% das reclamações, e os cartões de crédito com 17,86% das reclamações. E outra ponderação que faria também, acredita que refletindo o pensamento das Sr^{as} e Srs. Senadores é no que diz respeito à abrangência, à cobertura da telefonia fixa e celular por todo esse Brasil, fazendo com que possa haver o acesso à banda larga, ao computador na escola, a acessibilidade para instrução e para educação e assim por diante. Nos foi dito, agora a pouco, pelo Dr. Jarbas, que até abril desse ano todos os municípios brasileiros estarão cobertos pelo sistema de banda larga. E ficamos todos felizes em saber disso, porque, por exemplo, hoje, no Brasil, no Estado do Piauí, 60,5% dos municípios do Estado do Piauí não são cobertos por sinal digital e, portanto, não têm acesso nem a celular, nem tampouco a computação e acesso digital.

E gostaria também de fazer uma pergunta ao Dr. Jarbas. Se for verdadeira a informação de que a Anatel vai adotar essa nova tecnologia, da Long Term Evolution, que é quarta geração, em substituição a WiMAX. Se for verdade que essa foi uma determinação, ou foi uma decisão já tomada pela Anatel, numa reunião do último dia 30 de julho, que submeteu à consulta pública esta proposta, de alteração do regulamento, e se, assim sendo, como isso será aplicado na prática. Dr. Jarbas, por favor.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2009

*Economia brasileira em números – Programa de
Aceleração do Crescimento – PAC*

E eu gostaria de apresentar aos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura um breve relato do que aqui está relatado.

Nesse segundo balanço quadrimestral do Programa de Aceleração do Crescimento, de 2009, nota-se que esse balanço, ele ocorre em um cenário promissor para o Brasil, especialmente com a conquista, para o Rio de Janeiro, dos investimentos... Dos investimentos associados aos Jogos Olímpicos de 2016, depois de termos garantido a organização da Copa do Mundo de futebol em 2014.

No segundo trimestre de 2009 a economia voltou a acelerar. O PIB de abril a julho cresceu 1,9% sobre janeiro e março de 2009. A produção industrial registrou a 7ª alta consecutiva, subindo 2,2% em julho em relação a junho.

O Índice de Confiança da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas, teve em setembro o 9º mês seguido de alta. Em agosto foram criados 242 mil novos empregos com carteira assinada. O acumulado do ano chegou a 680 mil, até agosto de 2009.

São números que demonstram claramente uma reação positiva às medidas tomadas pelo Governo em resposta à crise. A ordem foi expandir o crédito, aumentar os investimentos públicos e estimular os privados.

A união emprestou 100 bilhões de reais ao BNDES e usou parte das reservas em dólar para financiar as exportações. O volume do crédito no sistema financeiro atingiu 45% do PIB em julho e os impostos dos veículos, linha branca e materiais de construção, foram reduzidos. O

Programa Bolsa Família e o Seguro-Desemprego foram ampliados para manter o poder de compra das famílias.

Em setembro, a agência de avaliação de risco, *Moody's*, classificou o País como grau de investimento e justificou: “O Brasil está entre os países vencedores durante o período de turbulência financeira e econômica global”.

As reservas internacionais mantiveram trajetória ascendente e chegaram a 223 bilhões de dólares em setembro.

Pela primeira vez o Brasil se tornou credor do FMI, ao comprar 10 bilhões de dólares em bônus daquela instituição.

O País deverá encerrar o ano com um saldo líquido de 25 bilhões de reais de investimento estrangeiro direto na nossa economia.

Considerando os investimentos públicos, o Governo Federal lançou em abril o Programa Minha Casa, Minha Vida, que representa 54 bilhões de reais em subsídios e visa à construção de um milhão de unidades residenciais, como já anunciado.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 vai investir 15 bilhões de reais na produção de alimentos. Vale ressaltar que o Brasil, na safra 2008/2009, colheu 135 milhões de toneladas de grãos, aproximadamente, a segunda maior produção da sua história.

O governo enviou ao Congresso Nacional quatro propostas que definem o novo modelo de exploração do petróleo na camada do pré-sal. Além do salto tecnológico para a indústria petrolífera, um dos projetos prevê a criação de um fundo social, que será tema da próxima reunião da Agenda Desafios Estratégicos, semana que vem, dia 27, às 08h30 da manhã.

Excepcionalmente, não estaremos realizando essa Audiência Pública às segundas-feiras como normalmente acontece, às 18 horas, em função do feriado, que estará ocorrendo no dia 26, acredito que antecipação do feriado do funcionário público, que vai então cair na próxima segunda-feira, então, automaticamente ficou transferida para terça-feira.

Eu quero agradecer aos senhores participantes pela gentileza que tiveram de entender essa mudança de dia e horário e que aceitaram permanecer aqui para estarem presentes à Audiência Pública que será realizada, como disse, então, na próxima terça-feira, dia 27, às 8h30 da

manhã, tratando este painel especificamente da criação do fundo social a ser formado com a renda da União no pré-sal.

Esses recursos serão investidos em educação, cultura, inovação científica e tecnológica, no combate à pobreza e preservação ambiental garantindo que as gerações futuras também se beneficiem da nova riqueza a ser explorada.

De janeiro de 2007 a agosto de 2009, chegaram a R\$338,4 bilhões. Este montante equivale a 53,6% do previsto para os quatro anos. As ações concluídas totalizam R\$210 bilhões, ou 33,3% do total. Na divisão dos investimentos, as estatais respondem por R\$107,1 bilhões e o orçamento fiscal (OGU) por R\$28,2 bilhões. O setor privado contribuiu com R\$83,6 bilhões. Os financiamentos ao setor público totalizam R\$5,7 bilhões e os empréstimos à pessoa física alcançam R\$113,8 bilhões.

Em 2009, 98,5 bilhões foram aplicados no PAC. Então, neste ano de 2009, até agosto, já foram aplicados 98,5 bilhões de reais no Programa de Aceleração do Crescimento.

As estatais participaram com 33,8 bilhões de reais. O Orçamento Geral da União liberou 9,5 bilhões de reais e o setor privado compareceu com 83,6 bilhões de reais.

O PAC envolve o monitoramento de 2.392 ações, sem contar saneamento e habitação.

Em agosto de 2009, 22% dessas obras estão concluídas, 70% com andamento adequado, 7% em situação de atenção e 1% com ritmo de execução preocupante, pelo critério de valor. Por quantidade são 39% de obras concluídas, 52% adequadas, em ritmo adequado, 7% em regime de atenção e 2% preocupantes.

Esses dados foram dados retirados da apresentação do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, esses referentes ao estágio em que se encontram as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009

Conferência do Meio Ambiente – Rio-92 – Conferência de Copenhague

Gostaria de fazer umas observações quando da Conferência, da realização da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Nós tivemos uma grande dificuldade de conseguir a participação dos Estados Unidos na assinatura dos principais tratados e entendimentos que já estavam em curso e prontos para serem assinados, no decorrer da Conferência. E recebemos a informação, faltando uns quatro dias para o encerramento da Conferência, de que o Presidente dos Estados Unidos não viria, não estaria presente, como previsto, à Conferência.

E, sem a assinatura dos Estados Unidos, por exemplo, apoiando o Tratado da Biodiversidade e apoiando os pontos contidos na chamada Agenda 21, seria malgrado todo o esforço planetário, no sentido de fazer com que aquela Conferência trouxesse à luz não somente as questões que estavam afligindo toda a comunidade mundial, mas, sobretudo, dando uma direção do que cada um dos países do planeta poderia ou acabaria por fazer, para diminuir os efeitos da destruição, já em processo.

E lembro-me de que fui procurado pelo então Comandante Jacques Cousteau, de saudosa memória, e ele disse a mim que a única forma de nós conseguirmos que o presidente americano viesse à Conferência seria que nós, ele, eu, como presidente do Brasil, e mais umas duas ou três figuras proeminentes no campo da defesa do meio ambiente, fôssemos, no dia seguinte, a Washington e criássemos o fato consumado, a presença de seis pessoas, inclusive, do presidente do país que

sediava a Conferência do Meio Ambiente, solicitando a presença do presidente americano.

E, quando acho que a Casa Branca tomou conhecimento dessa iniciativa que estava sendo engendrada, imediatamente, para a felicidade de todos nós, o presidente americano decidiu comparecer, veio à Conferência, e a Conferência foi salva. De modo que essa posição, hoje, da China e dos Estados Unidos, de quererem, de alguma forma, impedir que Copenhague avance com as propostas que ali serão apresentadas e que atinja os objetivos que todos nós desejamos, eu acredito que, com um pouco de força e de pressão política, não somente do presidente do Brasil, mas, pelo que eu vejo publicado, o presidente da França, que é um país líder da Comunidade Europeia, e de outros países de igual jaez, que isso possa ser conseguido.

Tendo uma conversa franca e aberta com o novo presidente americano Barack Obama, que já demonstrou ser sensível ao tema, inclusive na entrevista coletiva de que ele participou, antes de encerrar sua visita à China, ele deu um sinal, emitiu um sinal de que essa posição possa ser reconsiderada. Então, eu acredito firmemente que, se o Governo brasileiro colocar pressão no assunto, assumir a vanguarda, como vem assumindo, com as decisões recentemente tomadas, acho, tenho motivos para acreditar, que a China e os Estados Unidos possam comparecer a Copenhague, e atender a essas aspirações de todos nós, que vivemos neste planeta.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2009

*Saneamento básico – Pré-sal – COP-15 – Despoluição
das baías de Guanabara e de Todos os Santos*

A questão do saneamento básico no País e o abastecimento de água potável é um dos grandes problemas e gargalos que a infraestrutura do País, hoje, enfrenta. Um recente estudo realizado pelo Hospital Sírio-Libanês apresentou um dado que nos deixou todos pressionados; esse estudo demonstrou que 65% dos entendimentos realizados pelo Hospital Sírio-Libanês, aqueles que foram atendidos pelo Sistema Único de Saúde, 65% dessas pessoas atendidas pelo SUS, via Hospital Sírio-Libanês, adoeceram em função da falta de saneamento básico ou da falta de acesso à água potável, isso numa cidade como São Paulo, uma das maiores capitais do mundo e de um estado que é o estado mais próspero do País.

E aí nós podemos imaginar o que não estará acontecendo por este Brasil profundo, onde as condições de vida e as desigualdades sociais são bem mais agudas. Não podemos prosperar na questão de uma infraestrutura adequada aos direitos do cidadão, sem que nós pensemos no saneamento básico e no abastecimento de água potável, no acesso de água potável nas residências dos brasileiros.

Não basta somente nos preocuparmos com saúde, com educação, claro, com a ciência, com a sustentabilidade ambiental, sem que nós enfoquemos também a questão deste item fundamental, que é o de infraestrutura, na parte de saneamento e abastecimento de água.

Numa das audiências públicas, aqui realizadas, com técnicos do Ipea, foi perguntado a cada um deles, individualmente, quais itens eles acrescentariam àqueles já sugeridos de Governo Federal como objeto

de aplicação dos recursos auferidos com a receita do pré-sal. E eles disseram, sem que estivessem combinados, que, sem dúvida nenhuma, acrescentariam investimentos na área de saneamento e na área de abastecimento de água.

Por isso todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras desta Comissão dão a esta Audiência Pública, senhores ilustres palestrantes aqui presentes, uma enorme importância, e esperamos, como tem sido em todas essas audiências aqui realizadas, que possamos não somente sensibilizar as autoridades do Poder Executivo, mas também alertar a população para a necessidade premente e urgente de nós fazermos algo para investirmos maciçamente nesse setor, que demanda tanta atenção e também tanta determinação e vontade política.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL) Muito obrigado, Professor Francisco de Assis Salviano (*sic*). Antes de iniciarmos com as perguntas daqueles que estão inscritos, eu gostaria de tecer alguns comentários.

Nós, hoje, estamos às vésperas da realização, em Copenhague, da COP-15, para tratar de medidas que deverão ser tomadas para atenuar ou mitigar os efeitos do aquecimento global. E essa é uma preocupação que vem mobilizando o planeta. E é algo que surpreende a cada um de nós a posição adotada por líderes de potências importantes, de fazerem de conta que este problema não esteja afetando já nosso cotidiano. E está de uma forma brutal. Se, hoje, por exemplo, as emissões de gases que causam o chamado *greenhouse effect* fossem reduzidos a zero, nada do que foi destruído, por esse acúmulo de gases na atmosfera, seria reconstituído.

As geleiras polares não seriam recompostas; a elevação, portanto, do nível das águas dos mares não voltariam aos níveis anteriores; o estrago feito na fauna e na flora, seja terrestre, seja marítima, não teria como ser recomposto; e isso nos leva a uma reflexão de que, diante da iminência dessa conferência, não chegar aos seus objetivos e diante do aniquilamento paulatino que estamos verificando, realizado contra o planeta, que é um ser vivo, ficava aqui imaginando, quando da exposição e, sobretudo, do tema sobre a água, se não seria o caso de se constituir, no Tribunal de Haia, uma comissão especial ou uma câmara especial para

se julgar crimes contra a humanidade, baseados nos ataques que vêm sendo observados à natureza e ao meio ambiente.

É brutal os números que nos são apresentados. Os 50 países mais pobres do planeta, contribuem com menos de 20% das emissões globais de CO₂ e outros. E os 80%, os 140 países mais ricos contribuem com 80% dessa emissão. Sendo que a emissão dos países mais pobres provém devido à queima de madeira, de árvore, de carvão, para que possam cozinhar seus alimentos, ou seja, são os 20% que poluem em função da pobreza, e os outros 80% dos países poluem em função do consumismo desenfreado, do desperdício, e não querem parar com esse sistema, que está aí engendrado há muitos e muitos anos.

Há uma evidente e clara posição desses países de boicotarem a próxima conferência COP-15. E é fundamental que nós estejamos atentos a isso, como também atentos para que esse tema que foi aqui levantado e que vem junto com a questão do saneamento básico, que é o da água, seja levado muito em consideração.

Em 1995, eu fui convidado pela Sociedade Real da Suécia, de ciências políticas, para lá fazer um debate, uma palestra sobre questões ambientais e outros pontos. E eu fiquei impressionado, em 1995, com o número de seminários e conferências que estavam sendo realizados, naquela semana em que eu lá estive, tratando do tema específico da água.

A preocupação de que a água, em algum momento, a água potável, vai faltar ao planeta. Nós estamos preocupados com o ar e temos que nos preocupar rigorosamente com isso, tanto que eu sugiro que seja criada, dentro do Tribunal da Corte de Haia, essa câmara, para julgar aqueles que forem vistos como indutores desse processo de destruição planetária.

Temos que nos preocupar, também, com água e com a terra. A questão da água, no Brasil e no mundo, é algo terrível, seja pelo excesso, no caso da água do mar, seja pelo excesso que essa água está, hoje, se mostrando para todos nós e destruindo, em função, como nós sabemos, do derretimento das calotas polares, e isso está destruindo países, pequenos países, ilhas, arquipélagos do Pacífico Sul, como Tuvalu, Kiribati, que já estão “exportando” seus habitantes, porque sua área geográfica está diminuindo, e o espaço para que os nativos ali permaneçam não está sendo suficiente para uma qualidade de vida minimamente razoável.

Então, países próximos àquelas ilhas do Pacífico Sul já estão assinando tratados para receber, anualmente, contingentes de população, para diminuir o número de pessoas, habitantes daquele país, em função da diminuição da sua extensão geográfica.

Na questão das nossas bacias hidrográficas, esse é outro grande problema, a destruição que vem aí, também, das nossas matas ciliares, que repercute na questão do desflorestamento, do desmatamento, isso faz com que nossos rios deixem de ser perenes, os que eram perenes; os que não eram perenes deixam de existir, simplesmente; o solo começa a ficar, como nós dizemos, normalmente, esturricados, sem nenhuma possibilidade de ali se plantar ou de se colher o alimento que venha a saciar a fome de imensa parte da população brasileira e mundial. E nós não estamos dando a atenção devida à questão da água.

O saneamento básico, vejam como as coisas são entrelaçadas, o saneamento básico, a importância dele. Porque a importância do saneamento, além de tudo, evita que haja essa contaminação dos lençóis freáticos, em vários estados, quando se constroem os poços artesianos, pela falta de condições que as companhias municipais ou estaduais, têm de fornecer água para as residências, então, se perfuram os chamados poços artesianos. E o número, a experiência que se tem visto é que o número de poços artesianos que têm encontrado água poluída, já lençóis freáticos, a 20, 30 metros, já poluídos pela falta de saneamento básico é extremamente elevado.

Aqui mesmo em Brasília, Capital da República, temos esse lago, que é a vida de Brasília. Esse lago vem sendo desrespeitado, diariamente, pelos moradores de Brasília. Brasília que é a cidade que tem o maior, o melhor IDH do Brasil, a melhor qualidade de vida do Brasil, a melhor renda *per capita* do Brasil e oferece esse triste exemplo da depredação que estão fazendo desta grande riqueza natural que nós temos.

Isso sem falar no nosso litoral brasileiro; aqui foi citado um estado do Sul do País, uma região, comparada com outras regiões, rica, que sofre dessa falta do saneamento básico. Isso interfere na indústria do turismo, que é a indústria não poluente, quando os mares, o grande atrativo, sobretudo no Nordeste, agora, falo do Nordeste, o grande atrativo que estados nordestinos têm é exatamente o sol e a praia, para os tristes que

vêm do sul ou lá do exterior. E nossas praias, em grande parte, poluídas, pela falta de saneamento básico dos municípios litorâneos.

Quando aqui foi convocado o grande investimento feito na Bahia, no Estado da Bahia, que foi despoluído, se contrapondo... O Dr. Raul colocou aqui esse número. A despoluição, os recursos foram destinados para a despoluição da Baía de Guanabara e a Baía de Todos os Santos, se não me engano, lá em Salvador. Enfim, os resultados foram logo apresentados; na Bahia, os recursos foram aplicados com constância, com eficiência, e o índice alcançado de despoluição foi um índice notável.

A própria Suécia, onde há pouco disse que estive em 95, e eles estavam com a preocupação da água, o rio que corta Estocolmo era um rio extremamente poluído e, hoje, lá, depois do trabalho que eles realizaram, se pesca, nesse rio, salmão, que é um peixe muito sensível a qualquer tipo de poluição; a água tem que ser uma água muito boa, para que ele encontre ali seu *habitat*.

Na discussão de empresas estatais, empresas municipais ou privadas para o tratamento do saneamento básico, é preciso que nós nos lembremos de que todo o saneamento de que hoje o Brasil dispõe foi um saneamento construído, feito, realizado graças à iniciativa do Estado brasileiro, dos estados que compõem a federação e também municípios.

A capacitação técnica desses engenheiros que pertencem a essas companhias estatais é inegável; são técnicos do melhor e mais alto nível. Infelizmente, obras de saneamento deixaram de ser prioridade, no Brasil, por uma visão míope, para utilizar uma palavra mais suave, da classe política, porque aquele velho chavão de que “obra de saneamento significa cano enterrado no chão, é uma obra que ninguém vê e, portanto, não rende dividendos eleitorais”. É um raciocínio tosco, rudimentar, mas que, infelizmente, fez parte desses últimos 20, 30 anos, desde que o Planasa, ou menos um pouco, o Planasa se extinguiu.

Então, essa falta de visão política da importância do saneamento fez com que essas empresas dos estados e de alguns municípios maiores fossem relegadas a um segundo pano; não fosse dada a elas a prioridade necessária, não fossem dados a elas os recursos necessários para se elaborar os projetos indispensáveis para que fosse realizado o saneamento e o abastecimento de água potável devido.

Agora, com o Programa de Aceleração do Crescimento, volta-se a esse tema. E, nesse meio tempo, o que aconteceu? As empresas estatais foram definhando, e o Professor Francisco Salviano (*sic*) aqui colocou, não é... a crítica não pode ser feita às empresas estatais, porque elas foram definhando pela falta do apoio político de que elas precisam para cumprir sua tarefa e sua atribuição.

E, com isso, também, foi se perdendo a cultura da importância do saneamento, do abastecimento d'água, foi se perdendo também a empolgação, no meio universitário, por um ramo, como foi dito aqui pelo Dr. Danilo Forte, Presidente da Funasa, da juventude universitária por uma carreira tão bonita como a de engenheiro hidráulico, ambiental, sanitário, enfim, de engenheiro. E, agora, quando vem o PAC, e demonstra o Governo Federal sua prioridade de investir na área de saneamento, o que acontece? As empresas não estão preparadas para realizar com rapidez e eficiência a aplicação desses recursos; não existem projetos técnicos; a capacidade de endividamento dos municípios está esgotada; a Lei de Responsabilidade Fiscal impede, em vários casos, que possam contrair novos empréstimos; há uma carência da apresentação das certidões negativas dos municípios e dos estados, em relação aos impostos; e isso faz com que, hoje, nós aqui verificando que, de todos os setores em que o PAC vem atuando, aquele setor que vem respondendo com mais lentidão é exatamente aquele dedicado ao saneamento e ao abastecimento de água.

É esse paradigma que nós, agora, estamos tentando quebrar, com esse ciclo de audiências públicas que estamos realizando. E chamando a atenção, também, que, como aqui também foi muito bem dito, a questão do saneamento é um investimento do Estado brasileiro. Não se pode exigir de um município uma contrapartida que ele não tem condições de oferecer, tem que se mudar essa mentalidade.

A questão, por exemplo, da Caixa, que é um orgulho para todos nós, mas são infundáveis as dificuldades... Não digo que seja... Dificuldades que a Caixa queira colocar, mas a burocracia, o que ela exige para que as prefeituras possam obter recursos para fazer não somente obra de saneamento, mas de habitação, é um emaranhado de papel, é um

emaranhado de certidões e, quando uma já está pronta, prestes a assinar o contrato, aí uma certidão já está vencida, tem que tirar nova certidão, ou seja, desburocratizar essa área também é fundamental.

A Ministra Dilma, ela encontrou, ela elencou trezentos e tantos entraves para obras públicas, de um modo geral, e focando muito em habitação, em saneamento. Ela fez a pergunta: por que essas obras não são feitas na rapidez que nós precisamos que elas sejam feitas? E aí foi elencando trezentos e tantos, e foi eliminando um por um, e chegou a reduzir isso a 60; hoje, está em 40. Mas não adianta a gente reduzir isso, sem que haja uma conscientização de toda a máquina estatal e também de toda a classe política, para a emergência e a importância de nós estarmos focados nessa que é uma questão que, em função da emergência do aquecimento global, não está sendo dada a devida atenção, que é a questão da contaminação do nosso solo e a contaminação das nossas águas, o que vai, daqui mais um pouco, levar a esse outro grande problema, que vai destruir o que o cientista James Lovelock chama de Gaia, que é este ser vivo que é nosso planeta.

Tudo o que aqui foi colocado pelos nossos palestrantes de hoje, todos têm suas razões, a participação também da iniciativa privada eu acho muito importante. Por que não? Por que não? Por que alijar a iniciativa privada de uma parceria com o estado, com o município, para realizar obras de saneamento e de abastecimento de água? O que é mais urgente e mais importante: nós discutirmos a necessidade da saúde da população e da qualidade da vida da população ou nós discutirmos se a iniciativa privada deve ou não participar, por uma questão de enfoque, um viés ideológico ou não? O mais importante, no meu entender, é atender a população.

Então, atendendo a população, de uma forma eficaz e atendendo a população sem que ela seja penalizada com tarifas exorbitantes, eu acho que, sendo feita uma parceria nesse sentido, que isso pode muito bem prosperar, sem que haja qualquer tipo de preconceito, e isso em todo o mundo já se faz assim. Ainda mais nós sabendo que os estados e os municípios dispõem de muito poucos recursos para oferecer, em contrapartida, ao financiamento que lhes é oferecido, que é algo que tem que ser mudado também, de dizer que esse não é um dinheiro que

deve ser emprestado, é um dinheiro que deve ser entendido como um investimento do Estado às suas unidades federativas.

É muito satisfatório para a Comissão de Serviços de Infraestrutura participar dessa série de audiências públicas, ouvindo autoridades e pessoas tão gabaritadas e com um currículo tão expressivo, tratando dessas questões que vêm afligindo nosso cotidiano.

Passando, agora, a palavra àqueles que estão inscritos para fazer pergunta aos nossos debatedores, aos nossos expositores, eu passaria a palavra ao Dr. Arnaldo Augusto Setti, que é engenheiro, pesquisador do Instituto Internacional de Mudanças Globais.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2009

Saneamento básico – Papel das agências reguladoras.

Quero também salientar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura começou a preparar uma série de estudos e iniciativas, especialmente de proposições legislativas, com base nos problemas levantados e nas soluções apontadas durante o debate desse último painel sobre saneamento básico e fornecimento de água potável. Para tanto, devemos, inicialmente, considerar como serviços que compõem o saneamento básico o seguinte conjunto: 1. Abastecimento de água potável; 2. Esgotamento sanitário; 3. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; 4. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Devemos, também, nós, da Comissão, ter em mente os seguintes dados como subsídio para priorização das propostas: 1. Atendimento quanto aos serviços de água: 80,9% da população total é atendida e 19,1% não atendida; 2. Atendimento quanto aos serviços de esgotamento sanitário: 58% da população brasileira não é atendida, 9,5% é atendida apenas com coleta e 32,5% é atendida com coleta e tratamento; 3. Cobertura de coleta de resíduos: 98,5% da população urbana possuem coleta domiciliar e 1,5% não possuem coleta; 4. Quanto às unidades de processamento de resíduos sólidos domiciliares cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre o saneamento: 28,2 referem-se a lixões, quase 1/3; 32,4% referem-se a aterros controlados; e 39,4% referem-se a aterros sanitários; 5. Atendimento quanto aos serviços de drenagem urbana: 21,4% dos municípios possuem drenagem e 78,6% dos municípios não possuem drenagem.

Esses dados demonstram de início que à exceção dos serviços de coleta de resíduos sólidos todos os demais necessitam de soluções prioritárias, notadamente os serviços de esgotamento sanitário e de drena-

gem urbana. Da mesma forma, alguns dados preocupantes refletem bem as dificuldades em torno do tema: 31% da população desconhecem o que é saneamento e, mais grave, apenas 3% relacionam o saneamento básico à saúde. Somente 3% relacionam o saneamento básico à saúde. E 41%, como já foi também visto aqui logo no início da fala, 41% não pagariam para ter o seu domicílio ligado à rede coletora de esgoto. Ou seja, as soluções dos problemas passam, necessariamente, por uma ampla campanha de divulgação da importância dos serviços de saneamento e também da educação, da instrução, já a partir do ensino básico.

Outro aspecto a se considerar refere-se à regulamentação do setor, em especial a proposta de revisão e flexibilização das leis que regulam as atividades de saneamento. Assim, devemos aprofundar a discussão em torno da Lei nº 11.445, de 2007, denominada Lei de Regulação do Setor de Saneamento Básico, e que contém os princípios da universalização do acesso, da integralidade e intersetorialidade das ações e da participação social. Do mesmo modo, há de se estudar possíveis alterações da Lei nº 11.107, de 2005, e no Decreto nº 6.017, de 2007, que dispõe sobre a formulação de consórcios públicos e que são imprescindíveis para a implantação de ações integradas entre os municípios. Além dessas normas, a Lei de Licitações, a famosa Lei nº 8.666, de 93, deve também ser objeto de estudo, de modo a facilitar o processo de contratação de todos os serviços que envolvem o setor. Tudo isso é de extrema importância para a correta elaboração e a efetiva implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que é o principal instrumento que detém os municípios para o planejamento e a gestão do saneamento.

Assim, nós, senadores e senadoras que fazem parte da Comissão dos Serviços de Infraestrutura do Senado, esperamos, em breve, poder submeter à apreciação de todos um conjunto de propostas a serem apresentadas aqui no Senado Federal. Para as Sr^{as} e Srs. membros que queiram contribuir com a iniciativa, estamos abertos e desejosos de receber contribuições.

Eu teria algumas considerações a fazer. Naturalmente a agência, o papel de uma agência reguladora e a existência dela própria só se verifica numa economia de mercado. Numa economia fechada, como nós

tínhamos anteriormente, não havia espaço para que uma agência reguladora pudesse atuar. A questão das tarifas que aqui foi citada também da precaução, do cuidado que deve ser dado à elaboração de estudos com vistas a uma mudança na tarifa desse ou daquele serviço por um agência reguladora, procede; realmente tem que se tomar muito cuidado. Mas lembro que antigamente essa mudança de tarifas, o aumento de tarifas era feito em quatro paredes na medida em que a estatal precisava de caixa, e não se buscava a eficiência para se ter recursos suficientes para manter a máquina, e se buscava, ia-se ao Poder Executivo, e se pedia reajuste de tarifa. Isso existia muito no setor elétrico, no setor de petróleo e de combustível, e assim por diante.

O papel das agências reguladoras, o que eu ouvi aqui dos senhores, o que me deixou um pouco preocupado é com o que eu considero um excesso de burocracia. Eu não sei se eu entendi corretamente, mas eu vejo a agência reguladora como algo muito enxuto, muito simples. É uma agência que está ali, não é para intervir, como diz o termo, é regular o mercado. O Estado não pode ficar ausente de regular determinadas atividades econômicas para poder arbitrar a razão e a defesa, sobretudo, do consumidor final, daquele que deve ser atendido por aquela outorga de concessão.

Então, acho que devia ser uma estrutura enxuta, tem que ter, sem dúvida, autonomia financeira, autonomia total, teria que ter uma independência técnica, conforme eu anotei aqui alguns dados, uma independência técnica. Os mandatos também dos reguladores, eles deveriam não ser coincidentes com o mandato do Presidente da República, para que não houvesse qualquer dúvida quanto à indicação daqueles nomes.

Em relação a todo aquele trâmite de passar do ouvidor, de passar por isso, de passar por aquilo, que vai para AGU, que vai para isso, fazer lista sêxtupla, acredito que o melhor modelo seria o do Chile. É concurso público, e vai... se habilitam aqueles que... Cria-se inclusive a carreira, habilitam-se aqueles que se consideram em condições de fazer e de passar pelo concurso público, e aí, naturalmente, estaríamos escolhendo os melhores.

E também há agências reguladoras, não pode haver uma regra somente para todas as agências reguladoras, porque tem agências com características muito próprias, cujas regras se fossem colocadas para essa

Agência de Vigilância Sanitária... Essas mesmas regras que são colocadas para Agência de Vigilância Sanitária não serão as mesmas regras que serão colocadas, por exemplo, para a Anatel, para serviço de telefonia, serviços de fornecimento de energia elétrica. A própria ANP, agora, que foi citado pelo Dr. Wanderlino, é um caso um pouco diferente em função de um acontecimento extraordinário que foi a ocorrência do petróleo na camada do Pré-sal. Quer dizer, em função desse achado extraordinário, e que vai relançar o Brasil do ponto de vista econômico e de potência mundial, é que foram tomadas essas medidas.

Mas acho, também, pelo que aqui foi dito, não tinha conhecimento de que havia tantos degraus que teriam que ser... subir tantos degraus para se chegar a uma decisão do Presidente da República, eu acho que isso também teria que ser uma coisa menos burocratizada, porque o que mais atrapalha o desenvolvimento de uma economia dita atualizada, contemporânea, eficiente, competitiva é o excesso de burocracia. Quer dizer, o excesso de burocracia que consome as energias, que consome os recursos, e que retira desses setores a competitividade de que eles necessitam para poder competir internamente e, sobretudo, externamente.

Então, apenas essas considerações que eu faria, e quando chegar aqui no Senado eu terei melhores condições de avaliar isso e de oferecer alguma contribuição que possa ser ou não atendida. Mas julgo que o papel da agência tem que ser um papel de muita eficiência, tem que haver a sua... e para isso, para ser eficiente, para não ter nenhuma ingerência política na escolha dos seus indicados, que é fundamental, não pode haver a ingerência política na indicação desses que vão fazer parte do Conselho Diretor das agências reguladoras. Isso tem que ser feito mediante concurso público, com mandato fixo de quatro anos, não coincidente com o mandato do Presidente da República, com autonomia financeira, com a independência técnica, para que possa fazer e executar o seu trabalho, que é o que só ia acontecer em agências que funcionam bem, como é o caso do Chile.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2010

Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 de 2012

Gostaria, também, de participar aos Srs. membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura que foi aprovada, agora, na última reunião da Organização das Nações Unidas, em dezembro do ano passado, a proposta por mim apresentada ao Senado da República, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura, a proposta para que o Brasil sedie, em 2012, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 de 2012, porque, em 2012, estará expirando o Tratado de Kyoto, e nós ficaremos sem nenhum instrumento legal que nos embase e que nos dê condições de discutir questões ambientais com juridicidade, e, por isso, eu propus que, como o Brasil sediou, em 92, a 2ª Conferência Mundial do Meio Ambiente, o Brasil se oferecesse para sediar, aqui, sob o título de Rio+20 – mais 20 porque 20 anos depois da Conferência de 92, realizada no Rio – para nós debatermos essas diversas consequências do aquecimento global e estabelecermos um novo estatuto jurídico, e fiquei muito feliz, porque isso foi aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, proposta essa que foi levada pelo governo brasileiro, que encampou essa proposição, e levou ao plenário daquela organização.

E recebi do Ministro das Relações Exteriores a seguinte correspondência, datada de 19 de janeiro de 2010:

“Ao recordar a iniciativa de V. Ex^a de propor a realização, em 2012, no Brasil, de Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, formalizada na Comissão Mista Permanente sobre Mudança Climática, em março de 2007, e reiterada em 29 de março de 2007, em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, a qual

estive presente, tenho a honra de enviar cópia da Resolução nº 64/236, de 24 de dezembro de 2009, pela qual a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu aceitar o oferecimento do Governo brasileiro de sediar a referida conferência.

Cordialmente, assina o Ministro das Relações Exteriores, e anexa o teor da resolução aprovada pelo plenário da Organização das Nações Unidas.”

Gostaria, também, de trazer às Sr^{as} e Srs. Senadores membros desta Comissão um comunicado sobre a questão do saneamento e abastecimento de água potável. Esses são temas do maior destaque e relevância, que envolvem o setor de infraestrutura, e que foi aqui discutido, ou seja, a questão do saneamento básico.

Trata-se de segmento cuja carência ou atendimento à população preocupa autoridades e instituições de todo mundo, notadamente quando se trazem à tona, em pleno século XXI, estatísticas e dados desanimadores.

Recente matéria do jornal francês *Le Monde Diplomatique* revela, ao chamar a atenção para a questão do esgotamento e tratamento sanitários como um perigo ecológico, que mais de 2 bilhões e 600 milhões de pessoas do mundo, ou seja, 38% da população mundial carecem de acesso a um simples banheiro; dessas, cerca de 1 bilhão residem nas zonas rurais, especialmente nos países africanos e sul-asiáticos. Já no meio urbano, estudos mostram ainda que, em certas partes do mundo em desenvolvimento, os rios que cortam as grandes cidades são tão poluídos como eram os rios Tâmis, Reno e Sena, no século XIX.

Outro dado alarmante demonstra, segundo o jornal, que a diarreia, ocasionada pela falta de saneamento adequado, é a segunda maior causa no planeta da morte de crianças com menos de cinco anos de idade. A situação, em determinadas regiões, é tão crítica, que a Zâmbia, depois do registro de mais de sete mil casos do cólera, com 162 mortes, sendo 30 na capital Lusaka, investiu recentemente 1 milhão e 800 mil euros em um programa de redução de riscos, empregando prisioneiros nas limpezas das redes de esgoto. Além disso, promoveu campanha de informação à população, por meio de capítulos especiais de telenovelas, tudo isso segundo reportagem do jornal francês *Le Monde Diplomatique*.

No Brasil, em que pese nossa situação, na média, não figurar entre os mais graves do mundo, não podemos deixar de reconhecer que ainda

temos um quadro crítico quanto ao atendimento sanitário na maioria dos municípios do país. Se nas regiões Sul e Sudeste os índices de esgotamentos sanitários são próximos aos da Europa e América do Norte, em grande parte das regiões Norte e Nordeste, os números aproximam-se aos da África e aos do sul da Ásia. Ou seja, temos ainda um longo caminho a percorrer para solucionar de vez esse atendimento básico à população, que afeta não só a saúde e o bem-estar, mas também a própria dignidade humana.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2010

Formação e qualificação profissional – Documento do IPEA

Ainda dentro do tema “Formação e Qualificação Profissional”, objeto do nosso ciclo de painéis deste ano, gostaria de trazer ao conhecimento das senhoras e senhores membros da comissão duas matérias divulgadas recentemente na mídia eletrônica, ambas retratam bem o universo e a profundidade do problema que temos debatido, especialmente quanto ao impacto direto na solução dos gargalos de nossa infraestrutura e, conseqüentemente, do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. A primeira matéria, intitulada “IPEA: Brasil vai gerar dois milhões de empregos em 2010; 700 mil deles serão em São Paulo”, afirma que “o Brasil deve criar dois milhões de novos postos de trabalho em 2010, segundo estudo divulgado nesta quarta-feira – quarta-feira passada –, pelo IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo. De acordo com a entidade, a economia brasileira deverá apresentar uma demanda de 18,6 milhões de ocupações, a serem preenchidas por mão de obra qualificada e com experiência profissional. A perspectiva leva em conta um ritmo de expansão econômica estimado em 5,5% no ano de 2010. Portanto, dentro dessa perspectiva de se crescer 5,5% em 2010, haverá uma necessidade de criação de 18,6 milhões de empregos na área técnica. O ritmo, porém, não será suficiente para empregar os 24,8 milhões de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho. Mesmo com crescimento econômico, ainda continuará havendo um estoque de trabalhadores desempregados, afirma a instituição na pesquisa ‘Emprego e oferta qualificada de mão de obra do Brasil: Impacto do crescimento econômico pós-crise’. Dos dois milhões de novos postos em todo o país, São Paulo deve responder por 700 mil empregos criados; na ponta oposta, o Acre deve gerar apenas 1,146 novas oportunidades, seguido por Roraima, com 1,553 postos criados neste ano. Especificamente sobre qualificação,

a matéria esclarece que, para 2010, a estimativa, segundo o IPEA, é que existam 19,3 milhões de pessoas disponíveis com qualificação e experiência profissional adequada para responder a demanda potencial de 18,6 milhões de trabalhadores, conforme vimos mais atrás. Ou seja, entre aqueles com qualificação, haverá um excedente de 653 mil trabalhadores qualificados e com experiência, mas que não encontrarão emprego; a maior parte deles será de um contingente de empregados demitidos, serviços sociais, coletivos e pessoais será o segmento econômico com maior excesso de mão de obra qualificada, com 612,2 mil trabalhadores”. E aqui eu observo, como se vê, que esse é um excedente que não atende aos segmentos da nossa infraestrutura, pois o que temos visto até o momento em nossos debates é exatamente o oposto, a falta de profissionais qualificados do setor tecnológico. “Em contrapartida – continua a matéria – a massa de trabalhadores sem qualificação, 22,2% do total de trabalhadores disponíveis, requer políticas públicas de combate a essa exclusão, segundo o IPEA visto que constitui um contingente que não se encontra nas mesmas condições de competitividade no mercado de trabalho”.

A outra matéria a que me referi traz o título: “Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010, diz o IPEA”. Também aqui, volto a lembrar que o termo “apagão de profissionais” foi colocado no mesmo contexto a que se referiu o Engenheiro Wilson Lang, ex-Presidente do CONFEA, em nosso primeiro painel, que ele usou o termo “apagão de gente”. A matéria “Paraná e Santa Catarina podem sofrer apagão de profissionais em 2010, diz o IPEA”, começa chamando a atenção que “ao contrário da maioria dos estados, Paraná e Santa Catarina podem registrar, em 2010, escassez de mão de obra qualificada. O saldo deve ser de 18,4 mil profissionais em falta no Paraná e outros 13,3 mil em Santa Catarina. Os dados fazem parte do estudo divulgado pelo IPEA. No Paraná, o setor com maior carência de trabalhadores com qualificação deve ser a indústria, com falta de 21 mil trabalhadores. Em Santa Catarina, o comércio deve ser o principal afetado, com falta de 16 mil qualificados. No Brasil, ao se contrastar o total da oferta de mão de obra qualificada com o total da demanda potencial por esse perfil de trabalhador, chega-se ao excesso de quase 653 mil trabalhadores; contudo, projeções, feitas pela instituição, o IPEA, indicam que alguns setores econômicos deverão registrar escassez de mão de obra qualificada no país. Comércio e reparação estão em primeiro lugar, com escassez de 187,6 mil trabalhadores,

seguido por saúde, educação e serviços sociais com 50,1 mil; alojamento e alimentação, 45,2 mil; e construção civil, 38,4 mil. O Estado de São Paulo surge com grande escassez de mão de obra nesses mesmos setores econômicos; apesar disso, alguns estados, como Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, por exemplo, poderão registrar excesso de mão de obra qualificada nessas mesmas áreas. Os setores econômicos com excesso de mão de obra qualificada no país devem ser o de outros serviços sociais, coletivos e pessoais, 612,2 mil trabalhadores; o setor industrial, 145,9 mil trabalhadores; o agrícola com 122,5 mil trabalhadores”. Ou seja, ainda que as matérias não se refiram especificamente à mão de obra técnica qualificada das áreas de Engenharia, percebe-se que se trata de um tema atual, cujos problemas têm despertado a atenção do setor produtivo, o maior interessado, assim como do mundo acadêmico e do setor público, como demonstra esse estudo aqui referido do IPEA. A respeito dessa pesquisa, desejo informar que cópias dos dois documentos que contemplam o Comunicado nº 41 do IPEA e a apresentação dessa pesquisa, da qual fiz aqui um resumo, estão sendo distribuídas para análise dos membros desta comissão. É esse aqui. Chamo a atenção que se trata de um levantamento interessante, muito interessante, pelos dados específicos que ele traz e principalmente porque traz realmente um raio-X detalhado com os diversos índices do mercado de trabalho por estado da Federação, como abertura de novos empregos, empregos desocupados por demissão, estimativa de demanda de mão de obra, entre outros, e que retratam bem o cenário que envolve toda a dinâmica do mercado de recursos humanos qualificados.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2010

Falta de mão de obra qualificada no Brasil

Esse foi o relato do nosso último painel. E fiz uma observação, na leitura desse relato, quando se falou da falta de engenheiros no país, um artigo da jornalista Miriam Leitão, do dia 21, com o título “Falta trabalhador”. Diz ela: “Começou a faltar trabalhador qualificado. A indústria da construção pesada está sentindo falta de engenheiros técnicos e operadores de máquinas; na tecnologia da informação, faltam 100 mil profissionais, mas há setores que dizem que o país nem voltou ao nível de atividades de antes da crise. O país vive a contradição dessa transição, há setores retardatários e outros onde falta gente para contratar. A Associação Brasileira de Indústria Têxtil acha que só em 2011 vai recompor as perdas de crise, mesmo crescendo este ano 3% na produção e 6% nas vendas do comércio de tecidos e confecções. O diretor executivo dessa associação, a ABIT, Fernando Pimentel, acha que o setor enfrenta um problema adicional à retração do ano passado, o câmbio chinês. Nosso maior problema, segundo ele, não é o real valorizado, porque ele oscila com as leis de mercado, mas, sim, o *íuan* desvalorizado artificialmente pelo Governo chinês. ‘Como os principais exportadores do mundo continuam em crise, o mercado brasileiro tornou-se alvo dos produtos asiáticos’ – disse o Dr. Fernando Pimentel. Não é ele o único a ter essa queixa – diz a jornalista –, mesmo assim, o setor têxtil brasileiro criou 14 mil postos de trabalho, nos dois primeiros meses do ano – deste ano agora de 2010, foram criados 14 mil novos postos de trabalho –, mais do que todo o ano passado”.

O sociólogo José Pastore escreveu um artigo, dias atrás, comemorando e ao mesmo tempo alertando para o risco de falta de trabalhadores qualificados. “No Brasil é assim, quando o crescimento é de 4,5% falta tra-

ballhador qualificado, quando é de 5,5% a 6%, como este ano de 2010 – é a expectativa dele –, falta trabalhador de forma geral, qualificado ou não”.

No artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, o Professor Pastore diz que a média dos salários de construção civil, isso é outro fato importante, pela carência de engenheiros nas suas diversas áreas, hoje, no Brasil, e especificamente na engenharia civil, a média dos salários da construção civil, de um modo geral, incluindo aí o dos engenheiros, subiu 20%, em termos reais, nos últimos 12 meses, conclui ele, que é, claro, um sintoma da falta de mão de obra.

O diretor do Departamento da Indústria da Construção da Fiesp, Manoel Rossito, confirma que as empresas estão tendo que qualificar trabalhadores e disse que, em algumas áreas, o crescimento da demanda é forte.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis, disse que o principal problema deles é a falta de formação de técnicos de grau médio.

É interessante como esse artigo, ele bate exatamente com tudo aquilo que nós estamos observando e ouvindo dos palestrantes que vêm, atendendo ao nosso convite, para fazer parte dos painéis sobre a falta de recursos humanos, hoje, diante da grande demanda que existe no mercado brasileiro.

Disse, então, que o principal problema deles é a falta de formação de técnicos de grau médio. Pastore conta ainda que geólogos, químicos e tecnólogos estão sendo objetos de pirataria. Uma empresa fica sabendo da qualidade do quadro da outra e rouba o profissional; isso não acontece com todos os setores, regiões ou profissões, até porque o país está vivendo essa transição: saiu de um ano perdido para outro de forte crescimento.

Há setores que pressionam mais, o PAC estava quase parado, diz o professor, este ano, ele está deslançando com algumas grandes obras da engenharia contratando. A indústria, como um todo, voltou a crescer; a previsão é de 7% este ano. Previsão de crescimento da indústria de 7% para este ano de 2010; é um número realmente extraordinário, mas puxada mais pelo mercado interno, que demonstra que o mercado interno está se fortalecendo, o salário está tendo aumento de ganho real e que estamos dependendo menos de importações.

A CNI acha que, no segundo trimestre, chega-se a um nível pré-crise. A biruta mudou totalmente em relação a 2009, quando a indústria foi a mais afetada. “Ainda não estamos em ritmo frenético, mas o crescimento acontece em vários setores” – disse o gerente executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria, Flávio Castelo Branco.

Mas quem depende do comércio internacional – aí é que está o busílis – está ainda encrencado. A economia americana está com números positivos de crescimento, mas muito longe do nível de produção, demanda e emprego de antes da crise. As análises de consultores internacionais são de que o G-3, Estados Unidos, Europa e Japão, vão manter um nível lento de crescimento. O presidente da Associação Brasileira do Comércio Exterior, Dr. José Augusto de Castro, disse que as exportações brasileiras continuam dependendo das *commodities*. Com a atual taxa de câmbio, infelizmente, a exportação de manufaturados tornou-se marginal na nossa pauta de exportações, não temos preços competitivos, e as exportações, o que acontece? São basicamente entre filiais das mesmas empresas.

Quem está comemorando é o setor do comércio, que acha que vai crescer 9% este ano de 2010. “Para o comércio é o céu de brigadeiro, o crescimento no primeiro trimestre foi forte, ainda pautado pelos incentivos fiscais, depois, haverá desaceleração, mas, ainda assim, teremos um ano bem melhor do que o anterior” – diz Carlos Tadeu de Freitas, chefe da divisão econômica da CNI.

O setor de tecnologia da informação está passando aperto por falta de gente. A Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação BRASSCOM, acha que este ano haverá falta de 100 mil trabalhadores no setor, e isso poderá chegar a 200 mil, em 2013.

O setor tem um ritmo de crescimento muito superior ao resto da economia, e o ritmo de formação de novos profissionais em universidades e escolas técnicas é muito baixo. Em 2009, tivemos um crescimento de 9% e, este ano, podemos chegar a 20%.

“O número de vagas nas universidades federais e escolas técnicas ficou congelado no Governo anterior” – disse Sérgio Sgobbi, diretor de recursos humanos da Brasscom.

As empresas têm também que investir pelo menos um ano em treinamento, logo após a contratação do técnico, porque a tecnologia muda com muita velocidade.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2010

*Formação de mão de obra segundo pesquisa do
SINDUSCON-SP/FGV*

Tem, também, como outra informação, colhida num desses *sites* de entretenimento, uma nota interessante, que mostra que o emprego na construção civil subiu, em janeiro, e atingiu um nível recorde. A construção civil, segundo a nota, atingiu o nível recorde de emprego em janeiro, com a contratação de 62.755 trabalhadores formais.

Houve aumento de 2,55% no mês, em comparação com dezembro, totalizando 2.519.000 profissionais. Indicou, nesta segunda-feira, pesquisa do SINDUSCON-SP, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo e da FGV, Fundação Getúlio Vargas.

Segundo levantamento, o setor recuperou-se plenamente da perda de 53.525 trabalhadores, ocorrida em dezembro, mês em que tradicionalmente o emprego na construção declina. Nos últimos 12 meses, o nível aumentou 11,57%, o que corresponde a mais 261.332 trabalhadores empregados com carteira assinada. “Trata-se de número impressionante, que redobra a necessidade de incrementar a formação de mão de obra qualificada para trabalhar no setor” –, diz o Presidente do Sinduscon-SP, Sérgio Watanabe, o que demonstra que a iniciativa da Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado Federal de promover o debate quanto à formação e à qualificação da mão de obra para fazer face à demanda crescente que o Brasil hoje tem, está perfeitamente atualizada e é contemporânea do momento em que estamos vivendo.

Na capital paulista, a variação ficou em 1,91%, e aqui vem outra boa-nova. Por região do País, a maior elevação no primeiro mês do ano ocorreu no Nordeste, com alta de 3,29%. Na sequência, aparecem: o

Sul, que cresceu 2,91%; Sudeste, 2,37%; Centro-Oeste, 2,17%; e Norte, 1,44%.

Digo uma boa-nova, porque o Nordeste vem dando demonstrações de vitalidade econômica, nesse momento de recuperação do abalo que o mundo sofreu em 2008/2009.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2010

Sobre projeto de lei que inclui os escritórios de Engenharia/Arquitetura no regime tributário do Simples nacional.

Um terceiro comunicado, eu gostaria de informar as Sras. e Srs., membros desta Comissão, que apresentei, na semana passada, um projeto de lei para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do regime especial unificado de arrecadação de contribuições e tributos devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conhecido como o Simples Nacional, ou seja, o objetivo é permitir que engenheiros e arquitetos possam transformar seus escritórios em micro ou pequena empresa. Como todos sabem, a adesão ao chamado imposto Simples, além de desburocratizar a constituição e a administração dessas pequenas empresas, concede uma série de vantagens tributárias a elas, pequenas empresas. Devo dizer que essa sugestão partiu de alguns palestrantes dos primeiros painéis do nosso ciclo de debates sobre formação e capacitação profissional.

Cabe observar, também, que a Lei Complementar nº 123/2006, o novo Estatuto das Micro e Pequenas Empresas abriu a possibilidade para adesão ao Simples, de construção de imóveis e obras de engenharia, em geral, além de execução de projetos e serviços de paisagismo e decoração de interiores. No entanto, não deixou claro se os escritórios voltados, exclusivamente, para elaboração de projetos de engenharia e arquitetura poderiam ou não se constituir com as vantagens do regime simplificado. Daí considerarmos importante a iniciativa, de modo a dirimir qualquer dúvida sobre a intenção do legislador.

Contudo, o principal motivo da iniciativa está na constatação de que a recuperação econômica do Brasil e o período de intenso crescimento para os próximos anos têm evidenciado deficiências, no mercado profissional, que podem comprometer esse ciclo. Entre os mais graves

está a escassez, exatamente, de engenheiros e arquitetos, mão de obra cada vez mais rara no mercado de trabalho. Tal deficiência resulta, sobretudo, da falta de estímulos e da valorização a essas carreiras fundamentais ao desenvolvimento do País. Assim, o projeto de lei proposto visa suprir a lacuna existente ao permitir a inclusão dos escritórios de engenharia e arquitetura entre os serviços beneficiários do Simples Nacional. A inclusão dessas atividades incentivará o empreendedorismo desses profissionais, como também terá o condão de tornar mais atrativos os respectivos cursos superiores de formação e de qualificação. Além disso, o projeto constitui uma forma de valorização do setor tecnológico, cujos profissionais, historicamente, carecem de uma melhor remuneração, principalmente no setor público.

Todos esses aspectos, nós temos constatado, claramente, nos debates dos primeiros painéis que realizamos nesta comissão, sobre a questão dos recursos humanos para a inovação e competitividade. Observo, por fim, que o projeto adquiriu o número PLS Complementar nº 90/2010, já tendo sido distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos e aguarda designação da Relatoria.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2010

Análise da situação econômica do País – aumento do poder aquisitivo do trabalhador e escassez de mão de obra

Gostaria também de comunicar às Sras. e Srs. Senadores algo que me chamou a atenção, porque foi publicado num periódico de grande circulação do Estado do Paraná e de grande respeitabilidade, em que mostra que salário elevado alimenta risco de alta na inflação. Isso é matéria de primeira página, manchete de primeira.

E diz aqui: “O efeito cascata do aumento de custos começa com a falta de mão de obra qualificada”. E diz a matéria: “A escassez de mão de obra qualificada, em setores aquecidos da economia, como a construção civil, é um dos fatores que podem fazer o País voltar a conviver com um novo ciclo de aperto inflacionário, um quadro inédito desde a estabilidade da moeda, conquistada em 99. Um estudo do Ipea mostra que somente o Paraná deve fechar o ano sem conseguir preencher 18.400 vagas. Na esfera nacional, o ritmo de contrações forte e a taxa de desemprego de março é a mais baixa da série histórica. A disputa pelos trabalhadores qualificados faz os salários subirem e acaba encarecendo o preço final de produtos e serviços. O aumento do poder aquisitivo do trabalhador também ajuda manter a toda a roda da economia girando. Para os economistas, apesar do risco embutido, esse é um bom problema, pois o ciclo é vital para o desenvolvimento”.

Então, o que se demonstra é que, com a escassez de mão de obra, a remuneração dos profissionais vem subindo rapidamente, o que ajuda a aquecer o consumo. Então, essa é uma consequência subjacente da falta de mão de obra qualificada, assunto e objeto desse ciclo de audiências públicas e que também é extremamente preocupante.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 4 DE AGOSTO DE 2010

Agenda 2009-2015 da Confederação Nacional da Indústria – considerações sobre os ensinamentos profissionalizante e universitário brasileiro

Comunico, ainda, Sras. e Srs. Senadores membros desta comissão, que recebi em meu gabinete, no mês passado – e acredito que todos os senadores também tenham recebido –, a agenda da Confederação Nacional da Indústria, a CNI, denominada *A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor*.

Trata-se de um documento que traz um verdadeiro e completo “raio-x” dos principais entraves para o crescimento brasileiro, bem como uma série de propostas para reverter o quadro frente às dificuldades apontadas para os principais setores da economia, entre elas o da infraestrutura.

Contudo, chamou-me a atenção, na publicação, o capítulo dedicado à educação, notadamente no que tange à questão da formação e qualificação profissional, que é o tema abordado este ano pela nossa *Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais: Recursos Humanos para a Inovação e Competitividade*.

O diagnóstico do atual momento brasileiro, as perspectivas e as soluções propostas para que o País, de fato, potencialize seu crescimento de forma sustentada, vem ao encontro de tudo que ouvimos ao longo do ciclo de debates que promovemos, com as 12 audiências realizadas e mais a reunião do grupo de trabalho de consolidação das propostas. Como veremos ainda hoje com a leitura e a apreciação do relatório final de nossa agenda, conforme consta da Pauta desta reunião, muitas das sugestões e objetivos são absolutamente coincidentes. E para melhor ressaltar a relevância do assunto e a gravidade da situação, gostaria, aqui, de reproduzir, resumidamente, os

principais trechos e tópicos do documento da Confederação Nacional da Indústria, especificamente quanto à demanda educacional brasileira.

Nos dois primeiros tópicos, o documento chama a atenção para a qualidade da educação como a chave para a produtividade que, por sua vez, depende da inovação. Assim relata o texto: “O crescimento de um país depende da oferta de recursos produtivos e dos ganhos de produtividade. A capacidade produtiva, contudo, não depende apenas de quantidade de trabalho e capital, é fundamental que o país disponha de trabalho qualificado. E, para que isso ocorra, o investimento em educação deve ser priorizado. A incorporação de novas tecnologias no processo produtivo requer uma força de trabalho apta a apreender e a desenvolver novas técnicas. É preciso cientistas e engenheiros qualificados para se inventar e/ou adaptar produtos e processos produtivos. Não obstante, se não houver uma força de trabalho capaz de utilizar tais eventos, isto é, gente educada, não haverá inovação”.

E conclui: “A falta de recursos humanos qualificados dificulta o aumento da produção e da produtividade e a própria competitividade do País”.

Tratando especificamente acerca da educação profissional, a CNI traça o seguinte cenário: “Do ensino médio à universidade, o sistema educacional brasileiro valoriza a formação acadêmica, desconsiderando as necessidades do mercado de trabalho, em rápida transformação, e da inserção produtiva de jovens e adultos. Será fundamental superar o modelo de ensino médio eminentemente acadêmico e voltado para um processo de seleção universitária generalista, evoluindo para um modelo, isto sim, que permita a diversificação de conteúdos e a profissionalização dos indivíduos”. Nos países da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, hoje composta pelos 30 países mais industrializados da economia de mercado, a média é que 54% dos estudantes do Ensino Médio estão matriculados em cursos profissionalizantes ou pré-profissionalizantes. No Brasil, esse percentual não chega a 10%. A maioria dos estudantes que consegue terminar o ensino médio não está preparada para o mercado de trabalho. Como poucos chegam à universidade, cria-se um desestímulo a se manter na escola.

Segundo a pesquisa “Motivos da Evasão Escolar”, da Fundação Getúlio Vargas, a principal razão do abandono entre os jovens de 15 a 17 anos é o desinteresse pelo conteúdo das aulas. Mais de 38% dos estudantes que iniciam o ensino médio não o concluem. Ao se contar a partir do fim da 8ª série da educação fundamental, a taxa de desistência sobe para 45%. O baixo incentivo à educação profissionalizante gera distorção na oferta de capital humano.

O País necessita investir na educação profissional, mas sem incorrer nos erros do passado. Não se deve procurar transformar todo o ensino médio em ensino profissionalizante. O que se deve é estimular a oferta de cursos profissionalizantes concomitantes e pós o ensino médio. O aluno precisa ter a possibilidade de escolher o caminho mais apropriado ao seu perfil.

Para a educação superior, o documento faz, ainda, a seguinte avaliação, começando pela afirmativa de que o ensino universitário deve ser mais flexível e diversificado: “As instituições de nível superior, no Brasil, precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho”. É exatamente um dos pontos que nós estivemos tratando especificamente nessa série de audiências públicas, e é realmente importante se notar a coincidência do que aqui foi debatido com o que aqui está sendo relatado nesse documento da Confederação Nacional da Indústria. “As instituições de nível superior no Brasil – repito – precisam ficar mais próximas do mercado de trabalho e do ambiente regional. É preciso rever a obrigatoriedade de a universidade concentrar-se em educação, pesquisa e extensão. A instituição superior deve poder optar por variar suas atividades, ofertando cursos de acordo com sua vocação, segundo os recursos disponíveis e conforme as necessidades específicas da comunidade e do mercado local de trabalho”. No Brasil, as matrículas em cursos tecnológicos, cursos superiores de curta duração, correspondem a 10% das matrículas nos cursos superiores tradicionais. Na média da OCDE, essa proporção sobe para 25%.

Em outros tópicos, chama-se a atenção para a necessidade de universidades e empresas trabalharem em conjunto, exatamente o que nós estamos defendendo durante todo esse primeiro e segundo semestres do ano de 2010. Universidades e empresas trabalhando em conjunto para

o fato de que a sociedade do conhecimento demanda um novo perfil dos egressos das universidades. Assim relata o texto: “É preciso retirar os empecilhos e patrocinar essa parceria – universidade-empresa – como forma de se estimular a pesquisa, promovendo ações de inovação que melhorem a indústria e dinamizem a escola. Os conteúdos programáticos dos cursos superiores devem ser adequados à sociedade do conhecimento. Os novos graduados precisam ser criativos, preparados para a prática da inovação e para adaptar-se às mudanças constantes em seu campo de trabalho. A educação teórica e prática devem ser igualmente valorizadas”.

Ainda sobre a educação superior, o documento ressalta que a chave para o acesso à faculdade está na educação básica de qualidade, na bolsa de mérito e na renda, afirmando: “Para facilitar a entrada de alunos de baixa renda nas instituições de educação superior é preciso melhorar a educação básica pública e, além disso, expandir o sistema de bolsas e crédito educativo que levem em conta a renda e, principalmente, o desempenho escolar do aluno, premiando o mérito e o esforço de cada um”.

Por fim, o texto considera que o recurso do estado nas instituições de educação superior deve ser a régua da eficiência, diante do seguinte raciocínio: “O financiamento público da educação superior deve se pautar por critérios e indicadores objetivos de desempenho. A busca por financiamento e a disputa por alunos estimularão as instituições a se tornarem mais eficientes, assim ela promoverá uma educação de qualidade e foco, direcionando sua grade de cursos e respectivas ementas para as demandas do mercado e as necessidades do País”.

Ao final desse capítulo, a CNI apresenta a sua agenda para o setor de educação, da qual vale a pena extrair as propostas para os segmentos da educação profissional e da educação superior, que dizem respeito, diretamente, a um dos gargalos da nossa infraestrutura, que vem sendo, por nós, aqui, debatido:

“Para a educação profissional: estimular parcerias entre os setores público e privado para aumentar a oferta de cursos; aumentar o financiamento para os cursos profissionalizantes com base em critérios de desempenho e demanda do setor produtivo; integrar os cursos de educação de jovens e adultos com formação profissional inicial e continuada de trabalhadores.

Para a educação superior: substituir a gratuidade universal das universidades públicas por bolsas de estudo baseadas no nível de renda e no desempenho do aluno; distribuir recursos públicos para a educação superior com base no desempenho das instituições de ensino; flexibilizar a obrigatoriedade em educação, pesquisa e extensão; permitir que as instituições de ensino superior se dediquem a funções mais ligadas à sua vocação, recurso e necessidades regionais; eliminar os entraves legais que dificultam a interação instituição pública de ensino-empresa; estimular a oferta de cursos de tecnologia de curta duração; estimular a oferta de cursos voltados para o mercado de trabalho; adequar os conteúdos programáticos aos requisitos da sociedade do conhecimento, ou seja, disseminação da cultura empreendedora, formação de profissionais criativos e preparados para a prática da inovação; equilíbrio entre conteúdos teóricos e as aplicações práticas; autonomia universitária com responsabilidade e cobrança social.”

Eram esses os principais pontos do documento da Confederação Nacional da Indústria que eu gostaria de trazer ao conhecimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, exatamente na oportunidade em que apreciaremos o relatório final de nossa agenda desse ano, cujas propostas finais, como será visto, convergem em suas diretrizes em quase todos os pontos sugeridos pela entidade das indústrias.

Finalmente, recomendo, também, às Sras. e aos Srs. Senadores, *data vênica*, a leitura dos demais tópicos do documento da CNI, em especial o capítulo dedicado à infraestrutura. Lá, mais uma vez, poderemos constatar as similaridades dos diagnósticos e soluções para os segmentos da infraestrutura em relação às conclusões dos 16 debates que promovemos, no ano passado, sobre os gargalos que o setor precisa superar a fim de que o Brasil possa retomar o seu pleno desenvolvimento.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2010

*Análise do panorama econômico mundial – Educação
como prioridade nacional – Relatório Final da Comissão de
Infraestrutura, Ciclo de Audiências da Agenda 2009-2015I*

A despeito desse intenso trabalho de audiências realizado desde o ano passado, em busca de soluções para os gargalos do setor, impõe-se a todos nós congressistas, especialmente aos membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a reflexão acerca dos temas aqui debatidos e das conclusões alcançadas. Diante do papel que nos cabe agora, neste final de legislatura, na discussão e votação da lei orçamentária anual. Refiro-me às discussões e negociações que envolvem a possibilidade de cortes nos investimentos em infraestrutura, tão importantes para alavancar o desenvolvimento que se abre ao País para cobrir gastos de custeio e concessão de benefícios fora da realidade de nossa capacidade de pagamento. Não podemos inverter a linha... A lógica da linha orçamentária, prevista constitucionalmente, de estimar as receitas e fixar as despesas, para, de forma temerária, passarmos a estimar aleatoriamente as despesas mais convenientes calcadas na fixação de uma receita irreal, incerta e imprevisível. É o caso, por exemplo, de nos comprometermos na confecção da peça orçamentária com despesas de toda ordem, exclusivamente com base numa previsão de um forte crescimento do PIB para o ano que vem, secundando a estimativa de crescimento de 7,6%, estimativa essa feita pelo Fundo Monetário Internacional, que coloca a China dentro da estimativa como país que mais crescerá este ano, com mais de 10%, seguido da Índia, com cerca de 9%, e logo em seguida o Brasil. Então, segundo essa previsão do Fundo Monetário, deverá crescer algo da ordem de 7,6% do produto este ano.

Os Estados Unidos e a comunidade europeia, notadamente a Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, os países periféricos da Europa ocidental, e também alguns países da Europa oriental, como a Polônia e a Hungria, continuam enfrentando os efeitos da crise econômica de 2008. A chamada “guerra cambial” entre as maiores potências se agrava a cada dia, podendo se transformar numa verdadeira guerra comercial nos moldes que levou o mundo à grave crise dos anos 30. O quadro de estagnação econômica, desemprego e, sobretudo, o alto endividamento público pelo qual passa a Europa, coincide com a forte ofensiva da economia chinesa naquele continente, num ataque pelas bordas, após a consolidação de sua zona de influência na Ásia e de se firmar em definitivo em África. Na verdade, a China se aproveita das dificuldades muito grandes que enfrentadas pelos Estados Unidos, com vistas a sua recuperação econômica, e, aproveitando-se deste vácuo, está investindo fortemente nesses países, sobretudo no setor de infraestrutura. E é exatamente aqui que se destacam os investimentos chineses, que estão sendo destinados principalmente para as obras de infraestrutura, com destaque para rodovias, ferrovias, portos e construção naval. Ademais, tem havido maciças compras de títulos da dívida pública de países seriamente afetados pela crise, que já competem entre si pelos investimentos chineses, que podem representar uma oportunidade no momento para, por exemplo, diminuir o desemprego nesses países.

Alguns exemplos da expansão europeia, dos investimentos chineses, são a compra de meio bilhão de euros de títulos do governo espanhol; o investimento no porto de Piraeus, na Grécia, e no porto de Nápoles, na Itália; as negociações para um terminal de carga aéreo no aeroporto de Roma, assim como rodovias na Polônia. Ou seja, a infraestrutura como meta principal de investimento. Além disso, as aplicações financeiras da China ajudam a diversificar um portfólio altamente concentrado em ativos denominados no desvalorizado dólar norte-americano, nos investimentos industriais e também de infraestrutura, preparando, assim, o terreno para uma maior influência no futuro próximo. Tratam-se de iniciativas que vão além do simples interesse comercial e têm caráter estratégico, visando proporcionar a potência asiática, o apoio europeu para ter papel decisivo nas decisões de política econômica internacional,

na Organização Mundial do Comércio e nas discussões sobre taxas de câmbio, como recentemente ocorreu na reunião no G-20, na Coreia do Sul. Ou seja, a aproximação econômica da China com a Europa mostra o crescente desejo do país de afirmação estratégica global, a que os Estados Unidos reagem com lances como aceitação e o apoio à inclusão da Índia como um eventual membro permanente em uma, também, eventual reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não tardará, e todo esse concerto estrategicamente orquestrado pela China, afetará profunda e diretamente, aliás, como já vem ocorrendo em relação à desvalorização artificial de sua moeda, o cenário da economia brasileira e do nosso continente. Tudo isso deve nos deixar alertas quanto ao otimismo em relação às nossas contas, que, na prática e no futuro próximo também, podem se apresentar desproporcionais às expectativas criadas. Quanto a esse aspecto, não podemos esquecer o fator pré-sal, que, se por um lado acarretará num futuro próximo recursos do fundo social destinados exatamente para áreas como a saúde, a educação, a Previdência, por outro, demandará, de imediato, fortes investimentos para viabilizar tecnologicamente sua exploração. Por isso, Sras. e Srs. Senadores, o Congresso Nacional, especialmente o Senado, conhecido como a Casa do equilíbrio e da revisão ponderada, deve ter uma visão responsável e realista do atual contexto fiscal do país, sob pena de deixarmos, já para o início do Governo da Presidenta Dilma, uma gestão engessada e atrelada a compromissos inviáveis em termos de cumprimento.

Acredito que uma política social de longo prazo somente será alcançada com a criação de emprego e geração de renda. Trata-se de duas determinantes que se concretizarão se provenientes de um maciço aporte de investimentos na infraestrutura de que tanto necessita a população, e cujas demandas debatemos exaustivamente aqui durante o ciclo de audiências da Agenda 2009/2015. Mas, para que isso seja praticável e concreto, impõe-se como prioridade nacional a educação. Não só em seu mais amplo conceito, mas, especialmente, no que se refere às necessidades quanto à formação e capacitação da nossa mão de obra. O salto do desenvolvimento a que aspiramos está diretamente atrelado ao fator educacional. Esse, sim, configura um investimento duradouro e capaz de oferecer permanentemente um retorno de qualidade no enfrentamento dos desafios estratégicos de cada um

dos segmentos econômicos e sociais do País. Tanto é assim que o enfoque na educação foi o tema para o qual a Comissão de Infraestrutura, em seu relatório final, sugeriu uma série de medidas realistas e possíveis de serem implementadas pelo setor público, pela iniciativa privada e pelo mundo acadêmico, de modo a solucionar este que é o maior gargalo que o Brasil enfrenta atualmente. Vale aqui, portanto, relembrar a agenda de prioridades aprovadas por esta comissão em que foram sugeridas, dentre várias, as seguintes ações: no âmbito do Governo Federal: desenvolver uma política nacional específica de formação e qualificação em infraestrutura, articulada no Plano Nacional de Educação 2011/2020; aperfeiçoar os mecanismos de incentivo às empresas que atuem na formação e qualificação de recursos humanos em setores estratégicos da economia; promover ações de melhoria da qualidade da educação básica, especialmente no tocante ao ensino-aprendizagem das ciências exatas, de modo a fomentar a demanda por cursos superiores nas áreas de infraestrutura e tecnologia; ampliar a oferta de educação profissional com ênfase nos municípios vizinhos aos grandes empreendimentos de infraestrutura nacional; viabilizar a implantação da concessão do Seguro Desemprego vinculado à exigência do trabalhador de efetuar curso de qualificação ou capacitação profissional.

No âmbito das universidades e institutos de educação tecnológica foram essas algumas das sugestões, a começar por expandir a oferta de vagas nos cursos de Engenharia e os programas voltados para o acesso e a permanência de alunos e alunas nessas carreiras; promover a contratação de professores com comprovada experiência prática nas áreas tecnológicas e de infraestrutura, a fim de articular a formação profissional com as demandas do mundo do trabalho; valorizar as vocações locais e a demanda regional por recursos humanos na oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação; fomentar a interdisciplinaridade em todas as áreas do conhecimento, especialmente envolvendo as engenharias, os cursos tecnológicos, o Direito e a Geografia; ampliar a oferta de cursos a distância, com incremento no uso de novas tecnologias de informação.

Quanto ao setor produtivo, as sugestões de instituir parcerias com a academia de modo a aproximar a formação e qualificação de recursos humanos, das habilidades e competências requeridas pelo mundo do trabalho e proporcionar estrutura remuneratória e condizente com as

responsabilidades e os requisitos de formação de engenheiros, tecnólogos e técnicos com vistas a reduzir a migração ocupacional desses profissionais.

É esse, Sras. e Srs. Senadores, o desafio principal e o mais relevante compromisso que o próximo governo deve assumir, de preferência com uma decisiva e consciente colaboração do Poder Legislativo, a começar por oferecer, além de um orçamento realista e exequível em todas as suas propostas e dimensões, as condições e os instrumentos necessários para a implantação de uma efetiva educação de qualidade em todos os seus níveis.

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

Gargalos da infraestrutura brasileira – Estudos econômicos da CNI

Recente matéria de um periódico paulista traz um importante estudo que afirma que o principal projeto de infraestrutura do governo não elimina os gargalos de logística, mais especificamente no setor de transportes na região Amazônica. Trata-se do estudo encomendado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, e pelas federações das indústrias de nove estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que compõem a ação pró-Amazônia. O levantamento é assinado pela consultoria macrológica dentro do projeto Norte Competitivo, e servirá de base para discussão de investimentos do PAC 2.

De acordo com a matéria e a conclusão do estudo, parte dos investimentos alocados pelo PAC 1, com despesa estimada em R\$17 bilhões por ano, não vai reduzir o custo do transporte na Amazônia Legal. Essa redução teria efeito estratégico para uma região que cobre 5,2 milhões quilômetros quadrados e representa cerca de 60% do território nacional. O efeito da redução poderia, também, ser de ampliar a renda local e melhorar o desempenho dos 16 circuitos produtivos mais importantes da região. O diagnóstico e as orientações sugeridas no trabalho da consultoria serão usados para mobilização política da região, com a meta de tentar redefinir as escolhas de investimento, incluindo aquelas elencadas no PAC 2.

Segundo a matéria do referido periódico, o estudo aponta na direção das hidrelétricas a grande solução para a Amazônia. O principal projeto apontado na pesquisa é capaz, sozinho, de gerar uma economia de R\$1,8 bilhão no custo do transporte, com a criação de uma saída

para grãos da região norte do Mato Grosso até o rio Amazonas. Isso só será possível com a implantação da hidrovía Juruena/ Tapajós.

Apesar de relevante, o projeto está fora do PAC e tem ameaça de jamais existir se a construção das hidrelétricas no rio Tapajós não considerar as eclusas que o tornam navegável.

Para o professor Olivier Girard, esta é a grande batalha que será travada agora. A infraestrutura energética é importante, mas ela não pode condenar o transporte de uma região.

Para esses mesmos autores do documento da CNI, não oferece ao País apenas um volume de informações sobre quanto custa produzir na Amazônia brasileira. O outro mérito desse documento, e de acordo com eles, é a afirmação de que o direcionamento da primeira parte do PAC para o Norte não reduz os custos de transportes. O trabalho mostra que é possível avaliar custos das hidrovias e defende que nenhum corredor logístico que cruze países sul-americanos é competitivo.

Por fim, argumenta que a solução para o transporte na Amazônia pode ser obtida ali mesmo.

Dentre as obras apontadas como prioritárias no projeto Norte Competitivo vale destacar, como exemplo de redução de custos, a citada hidrovía Juruena/ Tapajós. Se ela estivesse pronta, geraria uma economia, hoje, de R\$920 milhões ao ano. Em 2020, essa economia chegaria a R\$1,85 bilhão.

Outra conclusão do estudo mostra que a integração física entre o Brasil e os países sul-americanos pode estreitar laços de amizade, mas não vai assegurar competitividade no transporte da exportação da Amazônia Legal. O trabalho avaliou o trânsito de produtos por sete países da América do Sul, sendo eles: a Guiana, Guiana Francesa, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Chile. E em nenhum deles o custo é menor do que nas opções existentes na Amazônia. Apenas a Colômbia foi desconsiderada, pois, segundo o professor Olivier Girard, o problema político representado pelas FARC inviabiliza qualquer avaliação logística.

De acordo com o jornal, sua equipe já cruzou o trecho peruano do chamado corredor bioceânico, estrada que liga o Acre a Nasca, e de lá ao litoral. A dificuldade está em cruzar a tortuosa estrada pelos Andes.

São trechos favoráveis para o turismo, mas inviável para o escoamento de carga em alta escala.

Como visto, esse é um tema extremamente significativo quando pensamos nos gargalos da infraestrutura brasileira, a começar pelo segmento dos transportes, em especial o hidroviário e a sua vinculação com a matriz energética, e mais especificamente com o setor hidroelétrico.

Um dos pontos de inflexão dessa questão é que aqui, na Comissão, nós temos debatido e deliberado bastante, referindo-nos à construção das eclusas, que, via de regra, gera contradições dentro da própria gestão administrativa do governo no tocante à definição das responsabilidades e competência das respectivas pastas ministeriais.

Outro ponto que se deve destacar é a referência dos autores do estudo sobre a questão da falta de visão econômica e de planejamento nas escolhas e definições dos projetos. Este é um tema que também foi trazido ao debate, nesta comissão, durante os nossos ciclos de palestras realizados em 2009 e 2010. Ou seja, o tratamento dos projetos de forma isolada, sem a devida visão sistêmica e integrada dos investimentos e as suas consequências econômicas. É o que eles chamam de necessidade de um vínculo dos projetos a um sistema logístico.

Para tanto, impõe-se sempre o planejamento que, historicamente, a meu ver, é uma das principais deficiências que encontramos no País em praticamente todos os setores, notadamente quando se trata da atuação do estado.

Acredito ser este um ponto crucial que merece atenção por parte do governo ao definir sua política de enfrentamento dos gargalos da infraestrutura, a começar pelo enfoque a ser dado na celeridade da execução dos projetos. Recentes dados do Banco Mundial, do Governo Federal e da ONG Contas Abertas, trazidas por outra ao conhecimento de todos nós, por outra publicação, apontam um quadro de verdadeira calamidade quando se fala no tempo gasto entre a decisão de iniciar um projeto e o efetivo começo da obra.

A título de demonstração, cabe reproduzir os números de cada fase de elaboração dos projetos e da contratação das obras.

A primeira fase. Definição da obra. Para se definir a obra, o tempo gasto é de um mês.

Segunda fase. Contratação do projeto. Incluindo, na contratação do projeto:

- a) Preparação de documentos da licitação pública: dois meses;
- b) Tramitação interna: mais dois meses;
- c) Processo licitatório: três meses;
- d) Análise das propostas: dois meses;
- e) Contratação da obra: três meses; e
- f) Início dos trabalhos: um mês.

Tempo gasto para esta segunda fase: 13 meses. Com mais um mês gasto na primeira fase, da definição da obra, já vão aí 14 meses.

Terceira fase. Elaboração e aprovação do projeto. Tempo gasto: dez meses.

Quarta fase. Contratação da obra, incluindo:

a) Preparação de documentos de licitação, tramitação interna, processo licitatório, mais ou menos os mesmos itens da contratação do projeto, que são aqueles da contratação da obra. Demoram um pouco mais, porque, para o início da obra, há demanda de um período de três meses.

No total dessas quatro fases, a primeira, definição da obra; segunda fase, contratação do projeto; terceira fase, elaboração e aprovação do projeto; e, quarta fase, contratação da obra, nessas quatro fases são gastos 40 meses. Ou seja, do momento em que se define que será realizada aquela obra até o momento em que esta obra venha ser realizada, se gasta 40 meses. Ou seja, três anos e quatro meses. Isso representa quase um mandato inteiro do Presidente da República, somente entre decidir e iniciar a obra.

Nesses números chama atenção também o tempo de burocracia necessária somente com a contratação, elaboração e aprovação do projeto, que é de 23 meses. Ou seja, quase dois anos dedicados apenas ao projeto. Esses dados trazem a média de tempo despendido com os chamados projetos prioritários. Vale dizer, ou imaginar, então, que para

os projetos não prioritários ou comuns o tempo deve ser bem mais elástico.

Acredito que a centralização na execução e na coordenação de projetos prioritários, como daqueles que permitem uma grande escala de repetição em estados e municípios, além de reduzir o tempo gasto, queimando por exemplo a fase de contratação que desperdiça 13 meses, facilitaria a visão sistêmica. Ou seja, a visão planejada dos investimentos como um todo, pois o que temos hoje é a pulverização e a segmentação das decisões isoladamente em cada pasta ministerial. Isso dificulta o planejamento integrado, que permite considerar a correlação entre os projetos e os efeitos econômicos dos investimentos, ainda que de setores distintos. É o caso, por exemplo, a que se refere o estudo, aqui relatado, entre a construção das hidrelétricas integrantes do setor energético e das eclusas, integrantes do setor de transportes, tema também aqui já tantas vezes debatido pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores desta comissão.

E é exatamente pelo fato de o PAC 1 e o PAC 2 estarem recuperando o tempo perdido em relação às grandes obras da infraestrutura, essa questão do planejamento integrado, aliada à previsão de forte crescimento econômico para os próximos anos, tornam-se assim ainda mais necessárias.

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

